



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2006

MESA: PRESIDENTE: Rui Jorge Ferreira Barros (PSD).

SECRETÁRIOS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) e Carlos Alberto Couceiro Reis (PSD).

HORA DE ABERTURA: 14 horas e 45 minutos.

PRESENCAS: Avelino Silva de Almeida (PS), José Luís Gaspar Campos (PSD), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Manuel Monteiro Casais (PSD), Sandra Marisa Martins de Figueiredo (PS), Fernando Tavares Rodrigues (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS), Rui Manuel Ferreira Almeida, (PSD), António Carvalho de Almeida Casais (PS), António Alberto da Silva Almeida (PSD), Eurico Correia Martins (PSD), Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS), Manuel de Almeida e Silva (PSD), Sónia Maria da Rocha Cela (PS), Paulo Jorge Bento Páscoa (PSD), Augusto Sequeira Machado (PS), Manuel Lagoa dos Santos (PSD), Vítor Manuel Figueiredo Portela Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Baiões (PSD), Celestino Manuel da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Candal (PS), António Ribeiro de Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais (PSD), José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Fernando Joaquim Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PSD), Carlos Manuel Rodrigues Guimarães, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de St^a Cruz da Trapa (PSD), Carlos Alberto Loureiro Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD), Vítor Manuel de A. Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul (PS), Carlos Alberto Marques Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PSD), Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PS), João Rodrigues Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Sr. Presidente da Câmara Municipal, António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo em representação da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Rogério Fernandes Duarte, José Carlos de Oliveira Duque, Maria de Fátima Duarte Almeida Pinho e José Alberto Sousa.

FALTAS: Fernando Oliveira da Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho das Moitas (PSD).

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

- Período Antes da Ordem do Dia;
- Assuntos da Ordem do Dia:
 - 1 - Informação sobre a actividade e situação financeira do Município;
 - 2 - Discussão e votação de proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.
 - 3 - Discussão e votação das seguintes propostas do Executivo:
 - 3.1- Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2005;
 - 3.1.1 – Apreciação do Inventário Municipal;
 - 3.2 - 17ª Alteração ao Quadro de Pessoal;
 - 3.3 – Alteração das cláusulas contratuais do empréstimo a médio e longo prazo no montante de 887.902 euros;
 - 3.4 – Contratação de empréstimo a médio e longo prazo medida I.8 – no montante de 365.556,90 euros;
 - 3.5 – Antecipação da compensação da Eólica do Centro-Empreendimentos Eléctricos, S.A;
 - 3.6 - Antecipação da Compensação da Eólica da Arada-Empreendimentos Eólicos da Serra da Arada.
- Período de Intervenção do Público.

Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou em discussão a acta da sessão ordinária de 23 de Dezembro de 2005. Não havendo nenhuma intervenção, foi a acta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

De seguida colocou em discussão a acta da sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2006. Não havendo nenhuma intervenção, foi a acta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

Correspondência recebida:

Da Associação Nacional de Municípios Portugueses:

- Circular nº 19/2006 de 15/02/2006, solicitando informação sobre os eleitos locais e contactos;
- Circular nº 30/2006-TC, de 02/03/2006, envia quadro relativo aos valores das remunerações, compensações para encargos e senhas de presença dos eleitos locais para 2006;
- Circular nº 34/2006-LP, de 07/03/2006, envia brochura com o programa final referente à XXIII Assembleia Geral do Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CMRE) – Innsbruck, Áustria, 10-12 de Maio de 2006;
- Circular nº 29/2006-CO, de 27/02/2006, remetendo exemplares do Boletim nº 144 da ANMP, referente ao mês de Fevereiro/2006;
- Circular nº 36/2006-SA, de 15/03/2006, convidando para estar presente na apresentação do Projecto InvestidorMais no dia 22 de Março;
- Circular nº 38/2006-MJS, de 16/03/2006, informação referente ao “Plano de Contingência para Ondas de Calor de 2006” estando os Serviços do Ministério da Saúde a solicitar aos municípios intervenção na sua preparação;
- Circular nº 48/2006-PB, de 04/04/2006, referente à “Lei nº 12/2004, de 30 de Março. Estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação dos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais.”;

- Circular nº 44/2006-CO, de 30/03/2006, remetendo exemplares do Boletim nº 145 da ANMP, referente ao mês de Março/2006;

Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 595 de 17/02/2006, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 23/01/2006;
- Ofício nº 701 de 01/03/2006, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 13/02/2006;
- Ofício nº 937 de 20/03/2006, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 27/02/2006;
- Ofício nº 1076 de 03/04/2006, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 13/03/2006;
- Ofício nº 1215 de 18/04/2006, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 27/03/2006;
- Ofício nº 1217 de 18/04/2006, enviando propostas para inclusão da Ordem de Trabalhos da sessão da Assembleia Municipal de 28 de Abril de 2006.

Diversos:

- Ofício da Câmara Municipal de Vouzela e ADRL, de 14/02/2006, convidando a participar no Seminário no âmbito do Projecto AGRO 62 – As Dinâmicas Sócio Económicas dos Espaços Rurais do Continente Português, no dia 10/03/2006;
- Ofício da Universidade Independente, remetendo desdobrável referente ao VII Curso Pós-Graduação Gestão Autárquica Avançada;
- Fax da DECO Pro Teste, de 15/03/2006, enviando questionário sobre incentivos à interioridade;
- Circular da Associação Empresarial da Região de Viseu, convidando para a tomada de posse dos novos órgãos da AIRV 2006-2009, a realizar no dia 31 de Março;
- Fax da DECO Pro Teste, de 29/03/2006, relembrando a data limite de resposta ao questionário sobre incentivos à interioridade;

Publicações:

- Jornal do STAL nº 81, referente ao mês de Março de 2006;
- Jornal “Associação” nº 211, referente ao mês de Março de 2006;
- Revista “Ecos da Gravia” nº 140 referente ao mês de Março de 2006;

Convites:

- Da Act para festa de abertura da discoteca ao público no dia 25 de Fevereiro.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Procedeu à leitura dos seguintes textos: 1º “Na sessão da Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro p.p., produziu o Sr. Presidente da CM uma acusação muito grave à fiscalização municipal e ao vereador da tutela



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de então, acerca da implantação de um edifício construído pelo Sr. António Pinto, face àquela que será a ligação futura entre a estrada de Anciães e a EN16, passando pela Quinta da Cruz e Intermarché. Repetindo, o Sr. Presidente da CM disse estar mal implantado o edifício e o mesmo inviabilizar a construção da dita avenida com dupla faixa de circulação em cada sentido e demais espaços de estacionamento, passeios e rotundas, conforme fora aprovada em tempo de gestão PS. Disse assim: "o prédio estava desenhado muito correcto no papel, mas estava mal implantado e... se a fiscalização o implantou mal, na altura, o responsável pela fiscalização era o Dr. Ferreira Gomes". Ora, nada mais leviano que esta acusação. Quantas vezes foi, algum dos vereadores de V. Ex.^a, fiscalizar no terreno, de fita na mão, os fiscais? Ou o Sr. Presidente da CM, quantas vezes o fez? O Sr. Presidente sabe muito bem que essa não é competência dos eleitos. Para fazer essas medições e implantações estão os fiscais e os técnicos. Quando muito, os eleitos deslocam-se e aferem no local medidas aquando de denúncia ou conflito, o que não foi o caso. De resto, e até prova em contrário, ainda hoje deposito confiança no corpo fiscal da CM, apesar de não integrar o executivo, o que não é, claramente, o caso do Sr. Presidente da CM, ao produzir a afirmação que produziu. Depois, se o Sr. Presidente está tão certo da implantação incorrecta e da inviabilização construtiva da nova avenida conforme o aprovado, o que o Sr. Presidente já devia ter feito era apurar responsabilidades, saber que equipa fiscalizadora seguiu aquela obra e, confirmando-se o erro que diz ter acontecido, agir em conformidade e nas instâncias próprias. É que, até à última AM, nunca ouvimos tal acusação e, por que quem não deve não teme, exigimos o apuramento cabal sobre tal questão. Porque não gostamos de águas turvas, nem alinhamos em insinuações torpes. Portanto, Sr. Presidente da CM, aguardamos que, até à próxima AM, mande proceder ao levantamento topográfico da área em causa e apurar junto dos serviços fiscais e técnicos da DPGU, em peças desenhadas e escritas, o que realmente se passou e passa, para que, definitivamente, todos fiquemos esclarecidos". 2º "Igualmente na sessão de AM de 24 de Fevereiro, do corrente ano, o PS colocou questão do aproveitamento da biomassa florestal (vulgo lenha) numa nova Central Térmica prevista pelo Governo para o distrito de Viseu, com eventual localização na região de Lafões. Não obstante a oportunidade e os fundamentos fortes da questão, à mesma o Sr. Presidente da CM disse zero. Calou-se e não emitiu opinião. Admitindo que o tenha feito por desconhecimento do tema, já depois disso, em dez de Abril, os vereadores socialistas Vítor Barros e Fátima Pinho promoveram, nesta casa, uma reunião alargada à comunidade sobre o tema, com especialistas convidados para o efeito por aqueles vereadores. Continuando a defesa da floresta a ser uma preocupação constante dos eleitos do PS, pela mais-valia que constitui para a economia das famílias e o equilíbrio ambiental e paisagístico, voltamos a questionar o Sr. Presidente da CM: que foi feito pela Câmara Municipal de S. Pedro do Sul em favor da captação desse investimento - Central Térmica a partir da biomassa - para a nossa região e quais os resultados, se algo foi feito?" 3º "Através da Deliberação nº 246/06-1.2.16, de 27/3/06, da Câmara Municipal, ficou o concelho de S. Pedro do Sul a saber que, por despacho do Sr. Presidente da CM, os sampedrenses irão pagar 4.786,81 Euros (cerca de mil contos), de juros de mora à firma Sopovico, por obras realizadas em Vila Maior. Sabendo nós que a situação financeira da CM é agonizante e que existem muitos outros pagamentos em atraso, a fornecedores e empreiteiros, como o demonstra a Conta de Gerência de 2005, quantos juros de mora mais teremos de pagar? É a imagem de uma Câmara caloteira que queremos exportar para os fornecedores e empreiteiros? Que gestão é esta? Onde está o rigor das contas e dos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimentos? Dirá o Sr. Presidente da CM, mais uma vez, que o desempenho da Câmara já foi avaliado em Outubro passado com mais uma folgada vitória. Mas, se não arranja substituição para tão estafada justificação mal irá a nossa terra e o nosso destino. Como se dizia na Roma antiga, Sr. Presidente, "*à mulher de César não basta parecer séria...*"

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à última questão não percebeu o que tinha a ver "a mulher de César" com os juros de mora. Os juros de mora estão previstos na lei e são a justa retribuição para o não pagamento dentro do prazo estipulado. Está na lei e não é só para a Câmara de S. Pedro do Sul. As dificuldades são muitas, o Governo ainda tem a possibilidade, por exemplo, de aumentar os combustíveis, os impostos e gerar mais receita mas, ao fazer isso, as Câmaras gastam mais em combustível nas suas obras e às empresas, com a revisão de preços, tem que se pagar mais. São dificuldades sempre acrescidas para os municípios, mas não é só para o de S. Pedro do Sul que, parece pelas palavras da oposição, "agoniza" há cinco anos. Está em agonia mas, as obras surgem e o povo reconhece. Em relação à Central Térmica está a tentar-se descobrir a "pólvora", existe uma em Mortágua, da EDP que está fechada. O Governo abriu licenças e as pessoas vieram aqui dizê-lo, quem esteve presente sabe, não vale a pena fazer demagogia. Eles foram sinceros e disseram que só resultava se tivessem uma quantidade específica de resíduos e tinha que ser um transporte curto. Estão a pensar que poderá situar-se em Mangualde, Nelas, mas não há decisão nenhuma. Poderá situar-se onde os produtores se organizarem e garantirem que vão produzir de resíduos para que a Central possa funcionar. Não é nenhuma "árvore das patacas", será mais importante para os produtores conseguirem um depósito dos resíduos do que um equipamento que venha produzir emprego ou compensar os produtores florestais. Estava presente um deles disse que possivelmente nenhum interesse terá na colocação da central de biomassa na nossa região. Relativamente ao prédio de Anciães reafirma aquilo que disse, obviamente que não foi ele que lá foi medir. O que disse em resposta ao Dr. Ferreira Gomes, que perguntou porque razão não estão quatro faixas e estão duas, foi que nem sequer lá cabiam porque a implantação do prédio do Sr. António Pinto não permite que existam quatro faixas. Reitera, na próxima reunião pode trazer o projecto, agora não se faça disto um assunto para culpar o antigo vereador, a fiscalização ou levantar processos e fazer inquéritos. O dimensionamento daquele espaço não permite quatro faixas. O prédio teria que ficar implantado de outro modo para que lá coubessem as quatro faixas. Não se queira deduzir dali que fez uma acusação grave ao Vereador, disse ao Dr. Ferreira Gomes que o erro era da Fiscalização e por coincidência quem estava a levantar o problema até era o responsável pelos Fiscais. É óbvio que tem sempre a responsabilidade política. Qualquer erro que surja dos funcionários da Câmara também tem que os assumir, não há aqui intenção de ninguém, há apenas a constatação de um facto e será provado numa próxima reunião.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que o seu nome foi referido claramente e a Fiscalização foi citada e isso podia levar a leituras muito enviesadas e podia levar à suspeita até de corrupção porque, se o prédio está mal implantado e não obedeceu ao que estava desenhado, isso pode ter várias leituras. Faz questão que na próxima Assembleia Municipal venha todo o processo com todos os pontos nos iis, com informação de quem é responsável tecnicamente na Câmara e, de quem vai ao terreno fazer medições porque, não são os eleitos que lá vão. Politicamente tem responsabilidades, indirectamente, mas não anda no terreno e, quer as coisas limpas para de uma vez por todas se fazer luz sobre isso. Crê que a avenida continua a ser possível. Em relação à questão da Central Térmica acha que esse investimento não



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é de menosprezar. Acha que todo o investimento deve ser bem-vindo e deve ser conquistado para a nossa terra, pois o problema é exactamente esse, é a fuga para a frente, deixar correr. Não pode ser assim, os nossos produtores florestais só têm a ganhar com uma central desse tipo. Mortágua está fechado porque eucaliptou tudo e, onde entra eucalipto começa o deserto, não há sub bosque, logo falta matéria lenhosa, só passa a haver quando há um corte cerce de toda a floresta. Nós aqui não estamos numa zona de eucaliptos, estamos numa zona de pinheiro com muito sub bosque e, além do material lenhoso resultante do abate do arvoredo, há um outro material que pode ser aproveitado também e, assim, logo aí se começa a defender a floresta em relação ao flagelo dos incêndios. É que o problema não é só económico além de que, se a de Mortágua está fechada, é porque a tecnologia que lá foi aplicada, hoje não é rentável. A tecnologia evolui todos os dias, hoje é outra e, por isso, é que o Governo se propôs abrir algumas centrais no País todo. De facto, há viabilidade económica, técnica e energética, porque é isso que interessa ao País, para evitar a dependência do petróleo que há pouco referiu.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu ao Dr. Ferreira Gomes que, quem afirma iniciando a intervenção na última reunião e diz: ao contrário do Executivo do Partido Socialista que privilegiava o interesse público, o Executivo PSD privilegia o interesse privado. Isso é que são águas turvas. Não é água turva dizer: não cabem quatro faixas, só cabem duas porque o prédio está mal implantado e, Dr. Ferreira Gomes se ele foi mal implantado foi pela Fiscalização e o Sr. até na altura era o responsável pela Fiscalização. Não o estava a acusar de nada. A acusação poderia vir antes, da outra afirmação, mas como o conhece há muitos anos, sabe que ele não queria dizer que se deixava corromper por um edifício e, por outro lado também tinha a consciência tranquila, não valia a pena dramatizar aquilo que não é dramatizável. Em relação à Central de Mortágua nunca funcionou, se fosse o problema de só haver eucaliptos e não darem resíduos, não investiam centenas de milhares de contos. Uma coisa é o Governo abrir concurso para licenças, outra coisa era aparecerem investidores e, eles disseram aqui claramente, só se os produtores se organizarem e lhes garantirem “X” de tonelagem de resíduos é que eles a instalavam, de outra maneira não valia a pena. Foi esta a mensagem. Estavam presentes Presidentes de Juntas de Freguesia, responsáveis pelos baldios, produtores florestais e, disse-lhes que se chegarem à conclusão que garantem essa quantidade de resíduos, se precisarem de apoio da Câmara Municipal, ela estará aberta, não é por a Câmara pedir, que vêm para cá. É preciso ter condições objectivas. A questão é esta e não outra.

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Procedeu à leitura da seguinte intervenção: “Assunto: Chamadas de atenção. 1º Queria chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal para o que está a acontecer na povoação de Galifães em que a fossa pública está completamente cheia e a escorrer para um caminho público. Isto passa-se perto de habitações e o cheiro é nauseabundo. Há necessidade de uma intervenção urgente sobre este assunto nesta povoação. 2º Queria ainda chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal para a praça Solar da Lapa, onde existe falha de algumas dezenas de tijoleiras no piso, o que origina buracos nesses locais. Neste mesmo local, existe uma zona de passagem onde a água se acumula quando chove, originando muitos problemas às muitas pessoas que por ali passam.” “Assunto: Poluição do rio Vouga e afluentes. Aquando da Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro último, falei aqui nesta sala, na culpa da Câmara Municipal ao estar a poluir o Rio Vouga e afluentes. O Sr. Presidente veio logo dizer que “não sabia onde os esgotos estavam a correr a céu aberto para o rio porque, se tivesse chegado ao



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento da Câmara Municipal já tinha actuado..." Desconfiei, mas quis apresentar provas. E hoje aqui estão, fotografias recentes comprovativas da dita poluição em diversos locais incluindo esgotos a céu aberto. O estranho da questão é que o Sr. Presidente, diz desconhecer este assunto quando toda agente os conhece. Mas se quiser, senhor Presidente, estou disponível para quando achar oportuno lhos poder mostrar, pois parece não ter funcionários suficientes para o informarem." "A minha intervenção de hoje vem no seguimento de uma pesquisa efectuada aos últimos boletins municipais. Assim: No boletim nº 1 de Dezembro de 2003 com uma tiragem de 10.000 exemplares dizia-se: "aprovado Urbcom de S. Pedro do Sul." No boletim nº 2 de Abril de 2004 com uma tiragem de 9000 exemplares dizia-se: "E tenha-se em conta que pela primeira vez desde há muito, não recorremos a empréstimos bancários em dois anos consecutivos." Vai-se iniciar a construção do polidesportivo de S. Pedro do Sul junto às piscinas. 1º Anúncio. No boletim nº 3 de Agosto de 2004 com uma tiragem de 9000 exemplares dizia-se: "Ligação Quinta da Cruz-Av Sá Carneiro-negociações dos terrenos em fase final." Apresentado projecto Urbcom pelo Sr. Ministro da Economia. No boletim nº 4 de Março de 2005 com uma tiragem de 9000 exemplares dizia-se: "Rasgar novos horizontes-variante a Pouves 1ª fase." Abertura de novos Variantes. "Canil / Gatil municipal já está em concurso-pioneiro no distrito na construção do canil / gatil, uma estrutura tão necessária quanto urgente..." "Câmara efectua protocolo de limpeza com Juntas de Freguesia." "Campo polidesportivo junto às piscinas do pavilhão desportivo municipal. "- 2º Anúncio. No boletim nº 5 de Junho/05 com uma tiragem de 11.000 exemplares. "Em 2003 e 2004 não contraímos empréstimos bancários. Há 20 anos que tal não acontecia na autarquia Sampedrense." "Ligação ao nó de Mozelos já tem ante-projecto (ligação S. Pedro do Sul/Viseu). Após a conclusão do projecto, a obra irá ser candidatada pelos três municípios servidos pela nossa via." No boletim nº 6 de Agosto/05 com uma tiragem de 11000 exemplares. "Obras do cine-teatro estão concluídas." "Relvado da Pedreira irá ser utilizado já durante o mês de Outubro/2005." "Cine-teatro abre em Dezembro."

"Campo polidesportivo em construção junto às piscinas." - 3º Anúncio. Em Outubro de 2005 houve eleições. De lá para cá não saiu mais nenhum boletim da Câmara Municipal, demonstrativo que o que interessava não era informar o cidadão mas sim mostrar que se estavam a efectuar muitas obras, embora anunciadas mais do que uma vez. Assim, vou aqui justificar o que venho a afirmar. Notícia publicada no Correio da Manhã de 3 do corrente mês: "Câmara Municipal de S. Pedro do Sul no top das Câmaras com maior subida da dívida de Junho/2005 a Janeiro/2006. S. Pedro do Sul encontra-se no 19º lugar com 63% de aumento da dívida, a seguir às grandes cidades do país como Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia...", segundo documento oficial da Direcção Geral das Autarquias Locais. Ou seja, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul está impedida de aceder ao rateio para novos empréstimos por ter atingido o limite máximo previsto na lei, com excepção de construção de habitação social e para acesso a Fundos Comunitários.

A construção do polidesportivo de S. Pedro do Sul, junto às piscinas, anunciado por três vezes, parou logo a seguir às eleições de Outubro/2005, e não se sabe quando vai ficar concluído. A ligação Quinta da Cruz- Avª Sá Carneiro, anunciada em Agosto/2004, tarda em se iniciar embora seja um traçado muito curto e que tão útil se mostra à vila de S. Pedro do Sul. O projecto Urbcom, embora aprovado há mais de dois anos, não teve ainda aplicação no terreno, nem sabemos quando irá ter. Variante a Pouves- 1ª fase- foi apenas efectuada um trajecto de cerca de 100 metros e pago pelo LIDL. Para quando a abertura das verdadeiras variantes? Sim, porque até ao momento nenhuma variante à vila foi feita, embora muito anunciadas. Canil / Gatil- embora o



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projecto só avançasse a insistência minha, dada a necessidade e urgência da mesma, a verdade é que até ao momento...nada. Para quando a construção desta infra-estrutura? Protocolos com as Juntas de Freguesia: Onde estão? Ligação S. Pedro do Sul/Viseu: o que é que já avançou? De Junho/2005 até ao momento já houve tempo para se fazer muita coisa. Cine teatro com obras concluídas em Agosto e a abertura indicada para Dezembro/2005 foi inaugurado esta semana. Relvado da Pedreira. Foi informada a população que seria utilizado em Outubro/2005; só foi utilizado em Março de 2006 e a obra encontra-se muito longe da sua conclusão. Porquê uma tiragem elevada (11.000 exemplares) de boletins municipais para um concelho com 1883 habitações? É para aumentar o défice da Câmara Municipal? Ou teve fins eleitorais como está aos olhos de toda a gente? A verdade é que, embora as obras fossem todas programadas para se concluírem antes das eleições, a verdade é que muitas delas não ficaram concluídas e agora não se sabe quando estarão prontas. Para quando a colocação da segunda camada de alcatrão entre as duas rotundas da Ponte? Com exemplos destes, como é que as pessoas podem gostar da política e dos políticos?"

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que o Concelho de S. Pedro do Sul não tem 1883 habitações mas 7500. Em relação ao canil/gatil, por insistência do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, já está em construção. Anunciou-se, foi feito o concurso e está em construção. Com certeza que o Boletim Municipal não anuncia que está em concurso, para ao outro dia estar feito. Está em construção junto à "lixreira", quando quiserem podem ir ver. Relativamente ao projecto Urbcom, S. Pedro do Sul não tem o poder de passar por cima de todos os outros concelhos e do Governo. Não é a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul que gere os planos Urbcom para o País. O projecto Urbcom em S. Pedro do Sul é, no Distrito, o que tem maior adesão e o que envolve mais meios e mais verbas, afirmando publicamente que o mérito é dos comerciantes. Relativamente às variantes, a de Pouves estava anunciada que era a 1ª fase. Não foi o LIDL que pagou, mas se fosse era uma boa negociação. A ligação a Viseu, falou-se que estava feito o projecto? Nunca. No Boletim Municipal falou-se no ante-projecto que está feito pelos os serviços das Câmaras Municipais de S. Pedro do Sul, Viseu e Vouzela. Nunca foi anunciado nesse Boletim Municipal que passado um ano, já se transitaria na nova via S. Pedro do Sul/Viseu. A ligação à Quinta da Cruz está em fase final, agora falta o dinheiro. Embora seja um troço pequeno envolve uma verba superior a cem mil contos e, portanto não é assim uma obra tão pequena. Por estar em conclusão as negociações e elaborado o projecto, não quer dizer que a obra arranque ao outro dia. Em relação ao Cine -Teatro e ao relvado do Estádio da Pedreira a diferença, dos prazos anunciados, foi de alguns meses. Não viu, na intervenção que foi feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, que tenha ali casos graves. Talvez os mais graves sejam a fossa de Galifães que está cheia e, na Praça Solar da Lapa a falta de alguns mosaicos. São pontos que não são difíceis de resolver. Se realmente do levantamento dos grandes problemas da nossa Vila resultarem só estes dois, ainda juntará mais meia dúzia, de improviso, porque de certeza que haverá mais uma dúzia desses problemas.

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Chama a atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal que não falou em projecto de ligação de S. Pedro do Sul/Viseu, mas sim ante-projecto. Sobre a questão da quantidade de habitações, pensa que efectivamente terá razão, porque não serão mil e tal habitações, mas serão um pouco mais. Isso devia-se ao facto, provavelmente a um erro de escrita, ao passar de um texto para o computador. No que dizia respeito à poluição do rio, o Sr. Presidente da Câmara disse que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não conhecia nenhuns casos. Apresenta-lhe casos concretos, comprovados com fotografias, disponibilizando-se para visitar os locais com o Sr. Presidente da Câmara, quando entender.

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Relativamente ao Cine-Teatro, recordava ali uma frase de um cantor que marcou muito a sua geração e anteriores que era o Zeca Afonso, quando dizia “não me obriguem a ir para a rua gritar”. Ele não ia gritar ali, ia falar calmamente. Mas em relação ao Cine-Teatro volta a recordar que em 1990 ou 1991, fazia ele parte da Assembleia Municipal, foi deliberado nessa Assembleia que a Câmara adquirisse o Cine-Teatro e, a Câmara da altura depois, passa a expressão “deu a volta” à maioria dos Presidentes de Junta do PSD com o apoio dos Srs. Deputados do PS na Assembleia Municipal dessa época e, deliberou não adquirir. Se nessa altura o Cine-Teatro tem sido adquirido pela Câmara, não tinha sido inaugurado no passado dia 25 de Abril, não tinha sido inaugurado ou reinaugurado em Dezembro, já estaria há anos. Portanto que esta situação de uma vez por todas, fique esclarecida sobre quem tem e quem não tem responsabilidades no atraso da obra. Admite que o PSD, a sua Câmara, tenha. Mas eles começam há 15 anos e com uma Câmara PS. Lembrava mais uma vez aquilo que falou na última Assembleia, que é o problema das descargas da firma Avilafões para o Rio Trouço. Ainda no dia 06 de Abril, houve uma grande descarga e, talvez porque tenha chovido na noite anterior de 05 para 06 de Abril, era um cheiro nauseabundo quer junto ao Rio Trouço quer já mesmo junto ao Rio Vouga e, como foi dia de feira, houve várias pessoas que disseram que não suportavam ali o cheiro. Queria chamar mais uma vez a atenção para o problema que continua a prejudicar a saúde de pessoas de várias localidades, quer no Concelho de S. Pedro do Sul quer no de Vouzela, bem como a própria agricultura. O Sr. Presidente da Câmara Municipal na última Assembleia disse que a situação tinha sido comunicada ao Ministério do Ambiente. Gostaria de saber se havia mais alguma novidade ou não. Folgava em saber que, quer a Câmara Municipal quer a Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, se têm preocupado com o assunto. Acha que todos estão preocupados, porque o desenvolvimento deve ser sustentado e deve ter em conta também a defesa do meio ambiente. Gostava de saber se havia mais algumas novidades ou se a Avilafões ia continuar a brincar e se não havia resposta nenhuma da parte do Ministério do Ambiente. Que ele tenha conhecimento, nenhuma Associação Ambientalista, do género da Quercus ou outra, até hoje, que ele tenha conhecimento, repete, se preocupou com isto. Só se preocupam com o que se passa nos grandes centros? E aqui no Interior? Também a nível do ambiente somos abandonados pelos próprios ambientalistas? Dando razão ao que disse o Sr. Presidente da República, no discurso do 25 de Abril, quando a dualidades: Interior - Litoral, Zonas rurais - Zonas urbanas, Zonas ricas - Zonas pobres? É uma questão que se levanta. Quanto às dívidas das Câmaras, também leu o que leu o Sr. Deputado Vítor Figueiredo, um quinto das Câmaras, salvo erro, esgotou a capacidade de endividamento e viu o nome das Câmaras. Na esmagadora maioria dessas Câmaras, umas do PSD, outras do PS, algumas do PCP, não interessava, os Presidentes foram reeleitos no passado mês de Outubro, não deve ter sido por acaso. Uma das Câmaras em que o Presidente foi reeleito foi a de S. Pedro do Sul, mas também foi em Lisboa, no Porto, Vila Nova de Gaia e tantas outras, portanto uma coisa terá também a ver com a outra.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS): Disse: “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o 25 de Abril foi um marco histórico. Graças a ele temos, quanto mais não seja, o maior precioso dos bens, a liberdade de expressão. Até liberdade de dizer mal deles, se quisermos. Ninguém nos vai prender se o fizermos, nem tão pouco se não o celebrarmos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

condignamente, o que é, na minha opinião, o que tem acontecido em S. Pedro do Sul nos últimos 2 anos. A cerimónia oficial da Assembleia Municipal não tem sido mais que o hastear das bandeiras ao som do Hino Nacional. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quando muitos valores de Abril se vão perdendo e outros ainda demoram a ser consolidados, é da minha opinião, que se deveria dar mais solenidade ao acto. Não sou dos que pensa que os discursos estão gastos. Penso sim que, o facto de reflectirmos com eles, nos permite interiorizar melhor o espírito de Abril e dessa forma colocarmos em prática os valores, por quem muita gente afinal lutou. Penso eu que ainda não chegámos à Madeira. Ou já? O segundo tema também tem a ver com o 25 de Abril, era para o Sr. Presidente da Câmara Municipal. Lembro-me eu, quando era criança, aqui em baixo, celebrava-se o 25 de Abril e eu sentia uma diferença daquele feriado para os outros. Certamente não sabia o que representava o 25 de Abril mas, posteriormente, vim a saber. Eu desconfio que hoje as crianças e, muitos dos adolescentes, quando têm um feriado do 25 de Abril ou quando têm o de 01 de Dezembro, para eles é igual, é uma dia que não têm escola. Já não estão a perceber o espírito do 25 de Abril. Eu penso que nós deveremos sempre, dentro das nossas possibilidades, espalhar esse espírito de Abril e eu penso em S. Pedro do Sul nas suas comemorações tem sido um pouco esquecido. Este ano começa as comemorações às 11,30h aqui na Câmara, ao contrário dos anos anteriores, em que se faziam aqui provas de atletismo que juntava inúmeras crianças, pais, vindas de várias freguesias, em que se via aqui uma festa, não o valor específico de Abril, mas se percebia que era um dia diferente. Hoje ninguém percebe isso e, penso que essas actividades muitas das vezes nem são de custos muito elevados, como posteriormente às corridas se fazia aqui actividades de expressão plástica, com plasticina, com desenhos. Penso que envolvia os pais, as crianças de uma forma em que se percebesse e, que anos mais tarde, essas crianças fossem querer saber o que foi de facto o 25 de Abril. Como disse anteriormente o 25 de Abril ainda não foi, o 25 de Abril ainda tem muito para ser. Infelizmente as pessoas pensam que já é uma data tipo o 01 de Dezembro, em que nós não nos lembramos, em que foi restaurada a nossa independência. Nesse contexto a única celebração que tivemos foi a inauguração do Cine-Teatro. Penso que bem. Acho que foi bem escolhida a data até porque o teatro tem muito de 25 de Abril. Já não concordo e, já não vou entrar nas polémicas que existiram em termos de inauguração, quem deveria ser, que deixou de ser. Já nem entrarei por aí. Entro sim pelo seguinte facto, sendo essa a festividade que fez com que celebrássemos o 25 de Abril, fico eu a saber que, hoje em S. Pedro do Sul para celebrar o 25 de Abril é preciso pagar. Porque a única actividade que foi feita pela Câmara Municipal para celebrar o 25 de Abril, foi paga. Só se queremos dizer que não foi a comemoração do 25 de Abril mas sim, a inauguração do Cine-Teatro, que também é de ser menos claro se devia ter sido paga ou não. Mas aí já deixo à consideração de cada um. Agora penso que, a celebração do 25 de Abril devia ser, em primeiro lugar muito mais activa e mais dinamizada até em parceria com as colectividades do concelho e, por outro lado, a ser as actividades que foram celebradas, na minha opinião, não deveriam ter sido pagas.”

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Esclareceu que, o facto de não fazer a sessão solene foi uma opção sua, que transmitiu à Câmara, porque quem estava ali na mesa constatava que na sessão do 25 de Abril, para além dos deputados, estavam mais cinco ou seis pessoas e, relativamente a isso ainda há pouco tempo ouviu numa entrevista de Salgueiro Maia dizer que nunca foi a uma sessão solene, o 25 de Abril é para ser festejado na rua, é para ser festejado com as pessoas. E transmitiu que se sentiu muito bem, muito à vontade quer no ano passado quer este



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano a festejar o 25 de Abril no meio daquela juventude toda que esteve no torneio de futebol, 200 crianças ou mais e, inaugurar o Cine-Teatro. Sentiu-se muito melhor assim do que estar ali a ver pessoas a falar quase para ninguém e sem que as pessoas que são realmente as destinatárias do 25 de Abril, neste momento, tanto quanto se apercebe, dêem qualquer valor a isso. Foi opção sua mas relativamente ao Sr. Presidente da Câmara passava-lhe a palavra.

- S. Presidente da Câmara Municipal: Disse que em relação às comemorações, pensa que cumprir o espírito de Abril é fazê-lo comemorar por actos. Chegaram à conclusão, nos anos anteriores, que na sessão solene não estavam os deputados todos e as outras pessoas contar-se-iam pelos dedos de uma mão. Se as crianças não sabem hoje o que foi o 25 de Abril, não foi por falta de sessão da Assembleia Municipal nos últimos dois anos. Pensa que se deve comemorar na rua, em vez de uma sessão solene e depois irem para os claustros comer um petisco. Entendeu fazer o hastear das bandeiras, porque é sempre necessária alguma formalidade, um torneio de futebol da Footlafões que envolveu as crianças, a sessão de reabertura do Cine-Teatro porque, a reabertura no 25 de Abril também foi escolher um marco histórico e se tivessem o entendimento do Dr. João Jardim, que respeitam, é evidente que não iriam aproveitar esta data histórica para a reabertura do Cine-Teatro. É espírito de Abril inaugurar um espaço cultural daqueles. Houve essa reabertura com Isabel Silvestre, onde as pessoas não pagaram nada. À tarde houve duas peças de teatro. Todos pagaram, foi dado o exemplo por todo o Executivo da Câmara. Temos que compreender que se o Cénico apresentou aquela peça, tem custos. O Cénico e o Acert cobraram os seus custos. Acha justo que, quem pague seja quem lá foi. Pensa que não sai do espírito de Abril assistir a uma peça de teatro e pagar o bilhete com um preço, não dirá simbólico, mas que não impediu que a casa enchesse. Não ficou com qualquer sentimento de que o 25 de Abril em S. Pedro do Sul não seja comemorado condignamente. Se realmente a Assembleia Municipal entender que é necessário reactivar outra vez a sessão solene para que as crianças se apercebam do 25 de Abril, com discursos do Dr. Rui Barros, provavelmente do Engº Casais, Dr. Ferreira Gomes, se assim o entenderem, ele também estará presente com muito gosto e, também discursará. Em relação ao Rio Trouço, que foi aqui mencionado pelo Sr. Deputado Manuel Silva, tem estado em contacto com a Câmara Municipal de Vouzela e, a Câmara Municipal de Vouzela com o Ministério do Ambiente. Neste momento o Sr. Ministro do Ambiente sabe o que se passa. Foram levantados os autos. Se houver a fazer alguma queixa só se for ao Presidente da República, porque a nível da entidade que tutela, que é o Ministério do Ambiente o Sr. Ministro está a par do assunto. Com certeza que estarão a tomar as medidas. Sabe que há pessoas que até apresentam e citam Decretos e Leis, para dizer que se a Câmara quiser aquilo ao outro dia está fechado. Uma acção popular no Tribunal não se resolvia no dia seguinte nem num mês, se calhar nem num ano. Não vamos iludir as pessoas. Em termos de direito e em termos processuais, mais rápido que a actuação do Ministério do Ambiente, não temos. É uma situação penalizante para S. Pedro do Sul, mais do que para Vouzela, embora se situe no Concelho de Vouzela mas, temos feito tudo aquilo que está ao alcance.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS): Disse que quando referiu os discursos, não dizia os discursos “bota-de-elástico” que já estão ultrapassados. A Assembleia Municipal tem que ter a capacidade de interagir com outras instituições. Porquê que a Assembleia Municipal não interage com a Escola Secundária, com a Escola EB2/3, propondo aos professores um concurso de três ou quatro alunos que ganham a possibilidade de vir à Assembleia nesse dia, discursar. De poderem intervir civicamente e, dessa forma até fazer com que todos os jovens se



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interessem por uma data que, pensa e continua a pensar, foi muito importante e, é muito importante em termos Nacionais. É aí que refere, porque certamente ele já não está para ouvir o décimo discurso do Dr. Ferreira Gomes ou o décimo primeiro discurso do Eng^o Casais. Estava a referir-se, em específico, a uma interacção que pode haver de forma a motivar as pessoas e, dessa forma a Assembleia Municipal também tem esse papel. Relativamente à programação queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara que de facto associou a inauguração do Cine-Teatro ao 25 de Abril e, acha que dessa forma o está a fazer mas, no discurso de reabertura não disse uma única palavra sobre o 25 de Abril. Mais, não queiram fazer do torneio da Footlafões o expoente do 25 de Abril, porque o torneio da Footlafões não tem lá 200 crianças: tem 20 que são de S. Pedro do Sul e mais os 20 pais que vão acompanhá-las.

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Referiu que, relativamente a esse assunto, acha que colaborar com a Assembleia agora, era pena que viesse tarde, poderia ter feito a proposta antes do 25 de Abril e, provavelmente... fica feita para a próxima.

- S. Presidente da Câmara Municipal: Refere também que uma ideia dessa originalidade não faz sentido a 28 de Abril, fazia sentido na última Assembleia. A Assembleia não é o Presidente, um membro da Assembleia que tem uma ideia dessa e a apresenta a 28 de Abril, já vem tarde. Concorda plenamente que possa haver outras alternativas para aliciar as crianças, obviamente.

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Felicitou o Sr. Deputado Pedro Almeida, crê que ele já nasceu depois do 25 de Abril, que alguém depois do 25 de Abril lhe diga tanto como diz o 25 de Abril, porque há algum tempo falou com alguém que nasceu antes do 25 de Abril, mas era pequeno, que lhe disse: “o antigo regime não me diz nada porque já não o conheci.” E ele respondeu-lhe que também não viveu a época da Revolução Francesa, nem Americana, nem da Inglesa e lhe diziam alguma coisa, há 200 ou 300 anos, como partido histórico. A ele o 25 de Abril diz-lhe muito, porque já tinha 14 anos quando aconteceu. Recordase que em S. Pedro do Sul rapazes e raparigas da sua idade, depois da 4^a classe, tinham capacidade de serem professores catedráticos mas, foram trabalhar para as obras ou emigraram aos 11 anos. Ainda se lembra que na escola se vivia em regime de “apartaid” sexual, rapazes para um lado e raparigas para outro. Ainda hoje, em S. Pedro do Sul, se fala na escola dos rapazes das raparigas até ao 25 de Abril. Ainda se lembra que quando estudante do liceu, um outro estudante mais velho do que ele, chamado José António Ribeiro dos Santos, foi barbaramente assassinado pela Pide DGS, pouco antes do 25 de Abril. O Ministro chamava-se Veiga Simão e tem responsabilidades políticas nesse acto. Acha que a forma como se comemorou este ano o 25 de Abril foi uma forma digna. Pagou-se os espectáculos à tarde e à noite, lá dizem os Ingleses que não há almoços grátis. Também damos cinco euros para ir ao futebol, por exemplo. Pensa que não é por aí, passa a expressão, que o “gato vai ás filhós”. Que não havia melhor forma de comemorar do que com uma peça do Dr. Jaime Gralheiro que publicou um manifesto anti Dantas do Almada Negreiros!

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse que só ia responder ao Sr. Deputado Manuel Silva que referiu que não havia almoços grátis, mas houve. Este ano houve porco no dia 25 de Abril e no ano passado também houve. Mas depois houve um espectáculo em que se pagou cinco euros.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Disse que voltava outra vez ao Cine-Teatro para uns esclarecimentos rápidos mas, objectivos: “1- Gostaria de saber como é que será feita a gestão do dito espaço. Isto é: será feita sob a alçada directa do Sr. Presidente, do Sr.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vereador do Pelouro ou será criada alguma Administração ou Direcção Executiva? 2- Quantos funcionários permanentes irá ter? Serão recrutados internamente ou novas contratações? 3- É verdade que não iremos ter cinema naquele espaço com carácter regular, por se tratar do ponto de vista financeiro não rentável? É verdade que a sala não dispõe de aquecimento o que será factor motivador de tal falta de rentabilidade esperada, pois dificilmente o público permanecerá naquele espaço sobretudo de Inverno à noite. Será que esperamos tantos anos pelo Cine-Teatro para isto? Por fim, gostaria de saber como irá ser regulado o uso do Cine-Teatro por parte das colectividades de cariz cultural do Concelho, nomeadamente pelo Cénico.”

- Sr. Vereador Rogério Fernandes Duarte com a anuência do Sr. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que a gestão daquele espaço será feita pela Câmara Municipal, provavelmente pela sua pessoa em consonância com o restante Executivo. De imediato não vai haver cinema, não é só por uma questão de climatização da sala, mas sim porque não há distribuidoras em Portugal que estejam interessadas em fazer contratos com esta Autarquia no sentido de haver regularidade na oferta de cinemas. Sabem que infelizmente o cinema está em crise a nível Nacional. Vamos acautelar. Por exemplo nos concelhos vizinhos, Oliveira de Frades já fechou, Vouzela vai fechar. Agora somos uma excepção à regra, não é pelo facto de os outros concelhos terem encerrado o cinema, que nós vamos abrir. Vamos acautelar todos os passos com muita calma e, eventualmente se se vier a justificar, o cinema será instalado. Fica já em termos de cablagem tudo preparado. Já está instalado um vídeo projector com a tela, está tudo preparado. É só de facto arranjar condições e, aqui refere-se concretamente ao público. Relativamente aos técnicos, foi aberto concurso público, já foram recrutados dois técnicos para acompanhamento, como se sabe é um material muito específico, a parte de sonoplastia exige alguns conhecimentos, não é qualquer pessoa que mexe naqueles equipamentos. Foi aberto concurso, foram recrutados e neste momento já estão a operar. Quanto ao aquecimento, trata-se de uma sala praticamente centenária, com umas características de arquitectura muito próprias, os materiais muito específicos, concretamente a madeira e, nós não podemos reduzir a parte de climatização só ao aquecimento, também temos que nos lembrar da parte do frio que é o Verão. Portanto nesta fase vão ver como vão reagir aos espectáculos que vão decorrer durante o período de Verão e, se eventualmente houver necessidade de fazer a climatização para o período de Verão e para o período de Inverno, terão que avançar para essa solução, o que não será nada fácil. Estão a falar de ar condicionado. Imagine-se estarem ali a ser montados equipamentos de ar condicionado. Vê que toda a gente está preocupada com a traça original daquele espaço, que é muito bonito e, agora irem lá meter equipamentos do género dos que estão aqui e reparem para onde vai o valor arquitectónico daquele espaço. As coisas têm que ser muito bem feitas, têm que ser ponderadas, para não se cair em erros. Se eventualmente chegarem à conclusão que a parte de refrigeração não é necessária, avançarão, já estão feitos estudos e já têm orçamentos, para a parte de aquecimento. É evidente que as colectividades vão ter oportunidade de fazer as suas apresentações, da sua produção artística, naquele espaço. Teve oportunidade de fazer uma reunião com as colectividades e a sua intenção é comprar espectáculos, comprar produção às colectividades que o fazem, nomeadamente na área da música ou na área do teatro e, claro está que terão a oportunidade de se irem apresentar naquele espaço.

- Sr. Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS): Interveio questionando o Sr. Presidente da Câmara, relativamente aos semáforos da ER 228 quem era o responsável pelo funcionamento dos mesmos, se era a Câmara Municipal ou Estradas



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Portugal e para quando a entrada em funcionamento, porque as pessoas estão sempre a interpelar a Junta de Freguesia nesse sentido.

- Se. Presidente da Câmara Municipal: Esclarece que a responsabilidade é da Direcção de Estradas de Viseu e Instituto de Estradas. É uma estrada regional, de qualquer modo relativamente à 228, o Presidente da Junta de Vila Maior, Prof. Mouro é testemunha disso, têm sido muito sensíveis aos apelos da população. Quanto aos semáforos, há qualquer afinação que é necessário fazer, não há nenhuma interferência da Câmara Municipal no sentido de não ligarem os semáforos. De qualquer modo, também já fez saber que, lhe parece que não foram escolhidas as melhores zonas. Por exemplo, na recta de Nespereira deveria haver semáforos e foram pedidos. Em S. Félix, não seria o sítio onde haveria maior necessidade, uma vez que há o cruzamento e seriam muito mais úteis em cima. Estão para reformular e disseram que iam ter isso em atenção.

- Sr. Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Referiu que ficou muito feliz pela reabertura do Cine-Teatro e ver aquela obra porque ela manteve aquela traça inicial que tem uma beleza muito agradável e tiveram o cuidado de a preservar. Referiu também a existência de cartazes de campanha eleitoral, já falou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e pensa que é digno falar na Assembleia Municipal porquanto todos reparam em determinados pormenores, nomeadamente a campanha eleitoral para as presidenciais já acabou em meados de Janeiro e, até ao dia anterior, continuam a ser vistos cartazes da CDU. Não se vêem cartazes de qualquer outro partido político. Perguntou à Câmara Municipal se é um aspecto legal, a ter em atenção ou não, manter a campanha com esse cartaz. Relativamente à Central Térmica de Biomassa, não era contra à criação de centrais térmicas para efeitos de recuperação de biomassa, mas é contra, por exemplo que se retire a biomassa da floresta para outros aproveitamentos, porque a matéria orgânica é toda ela transformada e novamente reaproveitada pelas plantas que lá existem. O que acontece e, acontece actualmente com a Central Térmica de Mortágua é que, devido ao valor pago à tonelada, em função da matéria seca por quilo, assim ela é mais ou menos valorizada e, de facto o valor que pagam é tão baixa, que não compensa fazer retirar a matéria orgânica do meio da floresta, para a levar lá. Só é possível e só tem alguma matéria prima essa central de matéria proveniente dos eucaliptais de corte final, em que depois ficam os ramos ou aquelas pontas e é possível com uma máquina com a grua, apanhá-lo para dentro de um atrelado e levar directamente, perto, à Central Térmica de Mortágua, porque se for a 10 ou 20 Km já não fazem essa apanha, já não vão lá porque não compensa, ou seja o custo dos transportes já não compensa entregar lá essa matéria orgânica. Muito pior ainda é conseguir retirar, num pinhal que é cortado manualmente o mato e a desramação, retirar essa matéria orgânica no meio das árvores que estão lá ensarilhados, para um caminho, para depois ir uma grua ou outra máquina qualquer e levar lá. Então aí o custo é duplo, triplo ou quádruplo. É esse o fracasso das centrais térmicas de biomassa. O custo que é pago pela matéria-prima para produzir energia não é compensador. Relativamente à ligação Viseu/S. Pedro do Sul, referida pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, muitos dos presidentes sabem que ele tem tido uma posição sobre isso e, defende há muitos anos e acerca de ano e meio vem de Viseu para S. Pedro do Sul e vice-versa, mais de uma vez por dia e portanto conhece bem a estrada. Já defendeu uma auto-estrada de S. Pedro do Sul a Viseu e, continua a defender. Estava esperançado, há três anos pelo menos, que isso iria acontecer com a entrada em vigor das áreas metropolitanas, em particular a GAMVIS – Grande Área Metropolitana de Viseu, tendo sido eleito, na Assembleia anterior para a representar. Foi



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

constituída, começou a ter algumas funções e, tem na prática os sócios da GAMVIS não é só as autarquias como outras entidades, participaram com a sua quota e há dinheiro em caixa na Direcção, chamando-lhe assim, da Grande Área Metropolitana de Viseu. Acontece que, politicamente este Governo não diz sim nem não, ou seja não dá luz verde para avançar nem as destitui. Está muito preocupado com essa situação, porque é uma das obras e, por isso é que se falou no ante-projecto, felizmente uma das obras da GAMVIS que verificaram um grande interesse intermunicipal. Como todos sabem a maior parte do troço que vai daqui para Viseu é do Concelho de Viseu e, Viseu não tem o interesse de vir para aqui, nós é que temos interesse em ir para Viseu portanto, os grandes interessados numa boa via são os Sampedrenses. Por isso está preocupado e espera que haja de facto interesse político de modo a definir essa situação, para que esse projecto ou esse ante-projecto consiga ir avante e que tenhamos uma estrada boa de acesso a Viseu. Também referiu que na última Assembleia verificou que, por parte da oposição tem havido, não só na última Assembleia como nas anteriores, críticas a aspectos da execução camarária em determinadas obras, mas pegam em pequenas coisinhas, nomeadamente no caso da ligação da Ponte, na variante junto ao LIDL e, por isso costuma dizer que, e era um ditado antigo, é criticado quem faz alguma coisa, quem não faz nada, por regra não é criticado às vezes até é louvado. Nesse aspecto queria deixar ali ao Executivo Camarário, ao Sr. Presidente da Câmara, que de facto se nota que quando há crítica por obras realizadas é bom sinal e não pejorativo.

- Sr. Deputado Municipal António Carvalho de Almeida Casais (PS): Interveio no sentido de chamar a atenção para a estrada 227, no lugar de Vilar junto ao fontanário onde muitos Sampedrenses se abastecem de água, foram colocados uns “mecos” de ferro ontem ao final do dia. Tem-se ouvido que são de apoio do terreno da casa que lá está ao lado, que é para não estacionarem em frente da casa. Gostava que o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecesse o que é que se passa com aqueles “mecos” que estão afastados da casa cerca de três metros, na via pública onde foi cortado tapete. Essa situação se realmente é para lá não estacionar carros, então há outros sítios na estrada, nomeadamente a 227 onde tem aquelas pracetas que eram da antiga estrada que foram pavimentadas, então vamos começar a colocar lá aqueles pilarzinhos que é para ninguém estacionar. Se aquilo não é para esse efeito e foi feito pelo proprietário da casa, é mal feito porque estragou a via pública. É um espaço que tem uma paragem de autocarro onde este pára regularmente e que agora está mais reduzido e, quer que o Sr. Presidente da Câmara esclareça, porque no fundo é um espaço público.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclarece que não foi a Câmara Municipal. Foram colocados no dia anterior, por particulares que o fizeram abusivamente, mas o assunto está a ser resolvido. O Vereador do Trânsito já notificou os responsáveis para os retirar porque efectivamente não foram licenciados.

Neste momento, quando eram 16h15m, interromperam-se os trabalhos para um intervalo de 10 minutos.

Retomados os trabalhos quando eram 16h25m, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, procedeu à abertura do **Período da Ordem do Dia**, procedendo-se à análise do primeiro ponto da ordem de trabalhos: “INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”, não se tendo verificado nenhuma intervenção.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida procedeu-se à análise do segundo ponto da ordem de trabalhos: “DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL”, relativamente ao qual foram distribuídas fotocópias das actas, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclarecido que as alterações eram poucas, como já deviam ter reparado, no artigo 3º e artigo 10º nº 3 foi rectificado um erro de escrita, no artigo 14º nº 1 a Comissão achou por bem passar a constar que as notificações fossem feitas por via electrónica, facultativo (para quem o solicitar). No artigo 16º relativamente à informação sobre a actividade e situação financeira do Município, qual o tipo de informação que a Câmara deve enviar à Assembleia Municipal para ver se há entendimento de vez, sobre o tipo de documento. Relativamente ao artigo 27º é imposto aos membros da Assembleia que quando tenham intervenções de fundo já programadas, sejam apresentadas em suporte escrito ou informático. No artigo 40º a questão das actas o Regimento que diz que é por súmula, ficou lá que é por súmula, embora estejamos a transcrever tudo. Não se alterou mas, é difícil fazer uma súmula. Foi feita uma última alteração para que as actas da Assembleia Municipal sejam publicitadas através da Internet.

Não havendo intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que na próxima Assembleia irá ser distribuído, por todos os membros da Assembleia, o Regimento já com as devidas alterações.

De seguida procedeu-se à análise da primeira proposta do Executivo: “APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2005”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente por todos os membros do órgão deliberativo, fotocópias da minuta da deliberação tomada na reunião extraordinária da Câmara Municipal de 12/04/2006, e do Relatório de Gestão de 2005, sendo que quanto aos documentos de prestação de contas foram entregues duas cópias aos Líderes Parlamentares, tendo ficado cópias disponíveis nos serviços para quem as solicitasse, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dito que tirava as dúvidas que houvesse.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse que o Sr. Presidente da Câmara pareceu estar um pouco preocupado com a questão da quantidade de papel, ou de ofícios, que a Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul mandava para a Câmara. Acontece que, para aquela sessão da Assembleia Municipal, teve que ler aqueles papéis todos, ou seja dez vezes mais a quantidade de ofícios que manda para a Câmara. Seja como for podia dizer ao Sr. Presidente que deu uma vista de olhos pelos papéis praticamente todos. Também lhe podia dizer que, e não sabe qual foi a intenção, também vêm ali muitos papeis que não havia necessidade de vir, nomeadamente os requerimentos que os funcionários pedem à Câmara Municipal no sentido de poderem exercer uma outra actividade, esses papeis vieram a acompanhar assim como outros que não valia a pena ali referir. Relativamente à intervenção do seu camarada Pedro Almeida, quando falou na questão das comemorações do 25 de Abril em que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ihe disseram que, provavelmente isso já lhe podia ter sido dito antes e não agora porque hoje já é dia 28, mas a verdade é que também a Câmara Municipal hoje entregou e bem, pelas mãos do Dr. Sousa, o orçamento para o ano de 2005. De forma que, entre um Deputado Municipal que está aqui em “part-time” e, entre uma Câmara Municipal que está a tempo inteiro, a diferença é significativa. Concretamente ao ponto que o trazia ali, crê que o Sr. Presidente da Câmara irá dar a palavra ao Sr. Dr. Sousa, sobre a questão de contas. Gostaria até de discutir as contas com o Sr. Presidente da Câmara mas, pensa que o Dr. Sousa como técnico economista que elaborou essas mesmas contas, mas também há outra situação que não percebe que é o facto de existir um vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal só com o pelouro financeiro ou seja, se for só para apurar as contas, pensa que poderia haver um técnico economista do quadro da Câmara Municipal para fazer essas mesmas contas e, não seria necessário a presença de um vereador só com esse pelouro. Também queria colocar as seguintes perguntas: “No balancete das Grandes Opções do Plano por objectivos e Programas para o ano de 2005 consta o Ringue do Pavilhão como não iniciada e no entanto já com uma dívida de 43.525,13€ assim como o equipamento de informática e Software para o ensino básico, a rotunda Bairro Mira Sul entre outras. Porquê que o controlo orçamental de receita a pág.9- 16.092.635,64 não coincide com o valor do controlo orçamental- despesa (a pág.8) 16.881.403,69, ou seja, havendo uma receita de 16.092.635,64 a que se acresce a conta de gerência 229.860,00 = 16.322.495,64 - total de receita e depois nos aparece uma despesa de 16.881.403,69€ por conseguinte superior? O Dr. Sousa diz- nos no seu relatório a fls.9 que a receita global arrecadada foi de 16.131 M€ e apresenta um gráfico a fls.10. É claro que não foi nada disto, foi só 15.900 M€ pois os 229.860,00€ de diferença vinham da conta de gerência anterior/pág.9 de e como tal não pode receber a mesma importância no mesmo ano. O relatório do Dr. Sousa a fls.14 e o controlo orçamental- receita diz- nos que a conta gerência transitada para 2005 é de 229.860,00€, no entanto o mapa de fluxos de caixa fala- nos em 229.860,86€, em que ficamos? Sousa pág.32 diz-nos que: Dívida da Câmara 11.349 M€- médio/longo prazo (pág.32) 9.632 M€- curto prazo 20981 M€= 4.206 milhões de escudos. No entanto constato que: 11.373.469,38€- doc.17 > dívida à banca 9.633.488,28€- doc.18 > dívida a particulares = 21.006.957,66€ .”

- S. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que o Sr. Presidente Junta de S. Pedro do Sul queria discutir as contas com ele, mas só ia discutir um ponto. Relativamente ao documento esclareceu que, realmente foi presente a relação da acumulação de funções pelos funcionários simplesmente porque a Lei exige que nos documentos de prestação de contas, seja presente esse documento. É apenas o cumprimento da Lei.

- Sr. Vereador José Alberto Sousa com a anuência do Sr. Presidente da Câmara Municipal: referiu que foi indicado na convocatória para a Assembleia Municipal, que esteve disponível, na quarta-feira, durante todo o dia, para esclarecer dúvidas que surgissem a qualquer Deputado Municipal sobre os assuntos em discussão. Relembrou isso, porque achava que era muito fácil vir confrontar dados naquele momento, quando, na quarta-feira, não apareceu ninguém. Sugeriu que ficassem anotadas em acta todas as situações referidas, para depois, após apreciação do Tribunal de Contas, se verificar a sua correcção ou não. As questões mais importantes e que interessava falar, contudo, não eram mencionadas, tais como, as transferências para as Juntas de Freguesia que duplicaram, as despesas com pessoal que têm baixado há vários anos, que as receitas da Câmara Municipal têm aumentado todos os anos e, mesmo sem divisão termal, já são superiores



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos valores atingidos em 2001 e que a dívida está estabilizada. Continuou referindo que o Sr. Deputado Vítor Figueiredo, que leu todos os documentos, entende que nenhum deles aparece sozinho. E que tem que ter cuidado, por exemplo, a analisar a receita, que atingiu 16 milhões e tal de euros, uma vez que tem que contabilizar o saldo do ano anterior e as reposições não abatidas nos pagamentos e, se calhar, não o fez. Talvez porque não fazem parte da folha que estava a ver, mas sim do Relatório. Se quisesse ir para uma sala ao lado com algum tempo, poderia explicar, mas, fazer, ali demagogia, definitivamente não.

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse que era inédito numa Assembleia Municipal onde se está presente para discutir e aprovar contas, vir-lhe dizer que houve uma reunião ou se podia vir cá num dia anterior para se discutir as coisas e que não era ali naquele sítio que se iam discutir as coisas. O Sr. Vereador Sousa esquece-se que é das poucas pessoas ali presentes que está a ser pago pelo Município. Pode estar presente todos os dias, a toda a hora, onde bem entender. Todas as outras pessoas que ali estão têm o seu trabalho, não têm a disponibilidade que tem o Dr. Sousa para, quando muito bem entender, receber as pessoas para discutir as contas. Nem é na sala ao lado, no intervalo. Não era nada disso, era ali naquela sala naquele momento. Não se ia referir mais sobre isso, ia apresentar a seguinte declaração de voto que contraria um pouco o que o Dr. Sousa disse e os gráficos que mostrou: “o relatório de Gestão da Câmara Municipal fala-nos num aumento de arrecadação com referência a receitas correntes em quase todas as rubricas. A maior variação em termos relativos pertenceu aos impostos directos, com mais 28,75% (cerca de 200 mil euros), com um valor executado superior à dotação inicialmente prevista e aos impostos indirectos que registaram o segundo maior aumento relativo (24,25%). O que eu vinha dizendo à algum tempo, confirmou-se. Foi cobrado um valor muito superior de Imposto Municipal sobre Imóveis do que aquilo que estava previsto inicialmente, justificando-se assim a descida da taxa. No entanto, no que diz respeito às restantes receitas, ficou-se muito aquém daquilo que se previa receber, o que se vem verificando à já alguns anos em que o montante das receitas são inflacionadas conforme já tínhamos denunciado na declaração de voto do Partido Socialista em 17 de Dezembro de 2004 ao não aprovar o Orçamento para 2005. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara na altura também nos deu razão e agora confirmámos. Assim, de uma receita prevista de 32.422.040,00€ apenas se conseguiu arrecadar 15.900.714,86€, ou seja, apenas 49,04%. Sr. Presidente, nem 50% se conseguiu arrecadar e isto já acontece em anos sucessivos: A Câmara Municipal podia ter recorrido, por exemplo, à venda de algum património que neste momento não necessita e que se encontra a degradar, entre outras formas de realizar verbas. Não o tendo feito, não conseguiu realizar qualquer tipo de receitas extraordinárias para o município. No que diz respeito a despesa. Estava prevista uma despesa de 32.422.040,00€ e apenas se executou 47,93% o que corresponde a 15.540.636,31 €. Com referência às despesas de capital que estão relacionadas essencialmente com os investimentos da autarquia, envolvendo projectos de grande dimensão apenas se executou 34% em relação ao previsto. Da evolução das despesas verificou-se que as despesas de capital e embora tenha havido um aumento de arrecadação de impostos directos, indirectos e das receitas do Orçamento Geral do Estado, a verdade é que estas despesas se mantiveram a valores de 2001, ou seja, houve menos investimento nas grandes obras. No que diz respeito às despesas correntes verifica-se que o maior peso no total continua a ser as despesas com o pessoal. Verifica-se ainda o crescimento do pagamento de juros e outros encargos em cerca de 24,18% prevendo que no ano de 2006 continuará a aumentar, pois cada vez se vai ter que efectuar mais amortizações. No que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diz respeito à execução do investimento por objectivo verifica-se que de uma dotação global de 17.026.435,00€, executou-se apenas 4.570.103,81€, ou seja, apenas 26,84%. Para quem criou tantas expectativas, está tudo dito. Sobre modificações ao Orçamento e às grandes opções do Plano, foram efectuadas 14 alterações orçamentais e 12 alterações às grandes opções do plano. Significa que este elenco camarário não tem objectivos a médio/longo prazo estando a gerir o município mês a mês. DÍVIDA DA CÂMARA - 11.373.469,38€ - Dívida à banca 9.633.488,28€ - Dívida a terceiros = 21.006.957,656 €. Por isso a dívida à banca subiu desde Dezembro/2004 até Dezembro/2005. A Câmara Municipal deve a quase 1000 pessoas individuais e colectivas. Só a 3 empresas: Planalto Beirão- 1 milhão 99 mil €, Empresa Guedes- 570 mil €, António Pimenta - 515 mil € Deve > 2,184 mil €. Referindo-me à execução anual das grandes opções do Plano para 2005 não posso ficar satisfeito pois nenhuma, repito, nenhuma, das obras previstas para este ano consegui ficar completamente concluída a nível orçamental. Assim, apenas alguns exemplos, sendo a percentagem indicada, a percentagem do pagamento efectuado: Jardim Infantil de S. Félix apenas 18,95% obra iniciada em 2001. Obra de remodelação do Cine-teatro apenas 29,31% obra iniciada em 2001. Equipamento do Cine-teatro- 0%. Complexo Desportivo Pedreira: terreno --- 0% obra iniciada em 2001, obra ---0% obra iniciada em 2001. PASME-SE. Polidesportivo das Termas II fase-obra-32,49% obra iniciada em 2003. Revitalização consol.urbana das termas- 33,43%-obra iniciada em 2001. Cemitério Municipal- 40,06%- obra iniciada em 2001. Pavimentação caminho Ponte à Cabria-20,61% obra de 2001 e já concluída há muitos anos. Execução da Ponte Rio Paiva na Ameixiosa-0% obra de 2001 executada à cerca de 5 anos EN 227-0%- obra iniciada em 2001. Rotunda Bairro Mira Sul-0% obra iniciada em 2004 etc. etc. etc. Concluindo: Embora em ano de eleições, o ano de 2005 a nível de Receita, Despesa e execução do plano de actividades a nível orçamental foi negativo para o concelho de S. Pedro do Sul, não merecendo assim a conta de gerência da Câmara Municipal para o ano de 2005 o meu voto favorável. S. Pedro do Sul, 28 de Abril de 2006. O Presidente da Junta (Vítor Manuel Almeida Figueiredo).”

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Referiu que ia fazer duas ou três observações: 1º Depois do que ouviu, que foi dito ao Sr. Deputado Vítor Figueiredo, pareceu-lhe que a melhor solução era mandar vir ali a entidade a quem encomendaram o Relatório de Gestão.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Perguntou ao Sr. Deputado Pedro Lourenço se estava a afirmar que o Relatório de Gestão foi encomendado.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Respondeu que não. Estava a duvidar e tinha essa possibilidade.

- Sr. Vereador José Alberto Sousa: Esclareceu que o relatório tinha dono, estava assinado, deu muito trabalho a fazer e, acha que não é de todo correcto por em causa esse trabalho.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Continuando, referiu: “Antes de ler a declaração de voto do Partido socialista para este ponto dos nossos trabalhos, gostaria de fazer uma análise à situação financeira do Município, assim como obter alguns esclarecimentos que me suscitam dúvidas. De facto este Executivo é perito em bater recordes, maus recordes por sinal. Senão vejamos: Foi esta presidência que mais endividou a autarquia em toda a sua história. Desde que o Partido Socialista deixou a Câmara, a dívida aumentou em 100%, duplicou, cifrando-se hoje em aproximadamente 21 milhões de euros, tornando-se ainda mais gravoso dado continuarmos a ter um concelho sem água e saneamento, com rio poluído, sem variantes



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rodoviárias, etc. Nunca a autarquia pagou tanto de juros num só ano como em 2005, mais de 500 mil euros. Pagaram em comunicações só no ano de 2005, isto é em telefones e Internet, 125 mil euros, 25 mil contos num só ano. Não sei se têm aí o gráfico desta situação, 25 mil contos num só ano. A dívida à banca aumentou 60% desde que o PS deixou a presidência. Desde 2004 já perderam duas vezes a capacidade de endividamento, sendo o 19º município do País que mais se endividou no último semestre de 2005. O total das despesas em 2005 ascende a 15 milhões de euros, quase 2 milhões de euros a mais, que em 2004. De notar ainda que este valor da despesa é superior aos anos de 2000 e 2001, anos em que as despesas do Centro Termal ainda eram pagas pelo orçamento da Câmara Municipal. Por outro lado, o peso das despesas correntes tende a aumentar o que liberta cada vez menos capital para investimento em bens e infra-estruturas essenciais aos sampedrenses. Realce ainda para o elevado peso de custos com o pessoal, cerca de 32% do total das despesas. Em termos orçamentais é de salientar o baixo grau de execução orçamental das receitas de capital, 28%. Gostaria de saber que receitas de capital que previam arrecadar e que saíram goradas. Será que apenas serviram para dar um ar decente ao orçamento aquando da sua elaboração? Tudo aquilo o que até aqui foi exposto se torna mais grave se levarmos em linha de conta que obras da época eleitoralista se encontram ainda em fases terminais de execução, causando após auto de medição e emissão das respectivas facturas, um disparo da dívida a terceiros. Estamos em crer que em 2006 a dívida atingirá valores aproximados em 25 milhões de euros, cinco milhões de contos. Mas medidas de contenção não se vislumbram, antes pelo contrário, ao crerem hipotecar receitas futuras quer não passam de um novo empréstimo com contornos dúbios e de custos não revelados, como é o caso das rendas da energia eólica, que a seguir vamos analisar. E as receitas provenientes da Termalístur, também vão querer hipotecar? Gostaria de obter alguns esclarecimentos acerca de várias situações que me causaram dúvidas. São quatro ou cinco situações directas. 1º- A que se referem os proveitos de 1,8 milhões de euros constantes do balanço, na parte do passivo como proveitos deferidos? Isto é, receberam 360 mil contos em 2005 de um proveito que seria de 2006. De onde provem esse dinheiro, a quem se refere? 2º- Qual é o valor dos juros de mora, no total, pago em 2005 pelo atraso de pagamentos de dívidas. Por exemplo, quanto foi pago ou aceite como dívida de débitos de juros cobrados pela empresa Sopovico, além da obra de Vila Maior que já foi aqui referenciada, quanto foi pago pela estrada 227 por exemplo? Penso que a empresa era a mesma. A dívida à banca em 31 de Dezembro de 2005, no balanço é de 11,348 e, nos mapas que nos enviaram dos empréstimos é de 11,373. Há uma diferença de 24 mil euros, não é um ou dois são 24 mil euros de diferença. Do mesmo modo a dívida a terceiros no balanço é de 9,632 e na listagem de credores é de 9,633, há uma diferença de mil euros aproximadamente. Gostaria de saber se foi algum erro na elaboração. Ainda na dívida e, no meio dos mais de 900 credores, existe um que é a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, isto é a Câmara deve à Câmara Municipal. Gostaria de saber a quem se refere este valor, se é de alguma regularização, porque o valor vem desde Janeiro até Dezembro e, permanece o mesmo valor. Existe uma dívida à Empresa Guedes de mais de 500 mil euros. Gostaria de saber se esta dívida se refere a transportes escolares e, se realmente é de transportes escolares, se são transportes escolares participados e, se a Câmara aguarda participação para efectuar os pagamentos. Não vamos nós ter que correr o risco das crianças deixarem de ter transporte por faltar a participação. Por fim, vejo que não foram atribuídos, pelo menos como tal, subsídios a colectividades. Gostaria de saber em que rubrica se encontram essas



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transferências para as colectividades, ou se é a crise financeira que está reflectida nas colectividades do concelho. Por exemplo, quanto é que a Câmara deu no ano de 2005 ao Sampedrense? Na rubrica de subsídios não aparece nenhum valor. Gostaria de saber quanto transferiram de subsídios para as colectividades.”

- Sr. Vereador José Alberto Sousa: Referiu que o investimento total cresceu, mesmo falando de valores pagos, porque o investimento executado atinge valores muito maiores. Relativamente ao endividamento da Câmara, achava curioso que pudessem dizer que este Executivo piorou a situação, em relação ao anterior, mas, perdendo-lhe a afirmação, achava que só poderia ser esquecimento, e talvez propositado, porque não referiu que este executivo esteve a amortizar empréstimos vindos de anteriores executivos e que, logicamente, já não apareciam em dívida. Referiu também que quando, no documento em análise, aparecia a palavra subsídio, essa se referia a subsídios à exploração de empresas participadas pelo Município e não tinha sido gasto qualquer valor. Nas transferências correntes é que se incluíam as transferências para as Juntas de Freguesia. Referiu ainda que, relativamente às receitas antecipadas, poder-se-iam analisar os custos diferidos e proveitos diferidos, que se referem a acontecimentos, como por exemplo, alguém que entende que pagou água a mais ao Município e reclama, apresenta uma previsão à Câmara, que a confirma. E o que acontece é que, neste caso, a Câmara recebe dinheiro a mais, no fundo teve um proveito a que não tinha direito. Outro exemplo são os seguros, porque os pagamentos não coincidem com o próprio ano, mas prolongam-se por outros anos. Disse ainda que existe um conjunto enorme de situações que, no fundo, provocam as duas situações de acréscimos e diferimentos e só vendo situação a situação é que se poderia concluir sobre o valor total. Relativamente aos empréstimos, disse que se herdaram situações passadas e que os 24 mil euros que o Sr. Deputado estava a referir, diziam respeito a empréstimos acordados, por anteriores executivos, com o Planalto Beirão, empréstimos esses que eram pagos juntamente com a recolha de lixo. Como estes pagamentos não estavam totalmente em dia, esses empréstimos não foram também pagos, reflectindo-se essa dívida no mapa dos empréstimos, mas não no Balanço. No que se refere à dívida da Câmara à própria Câmara, a situação verificava-se anteriormente devido às transferências do Centro Termal que ocorriam com um diferencial de tempo de cerca de 15 dias em relação às cobranças. Neste momento a Câmara já não deve nada à própria Câmara.

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse ao Sr. Vereador Sousa que, para quem não queria dar resposta nenhuma sobre contas, já deu qualquer coisa. Repetiu duas vezes que esteve disponível na quarta-feira e, mandou realmente o aviso a dizer, só que o Sr. Vereador fez um horário de funcionário público das 9 às 12 e das 15 às 17 horas, pensa que as pessoas não trabalham e, além do mais essas contas tinham que ser apresentadas ali e não na reunião pretendida. Depois parece que queria dar a entender que estaria a pagar muitas amortizações à banca. Queria lembrar-lhe que este ano ainda irá pagar mais, porque as amortizações vão subindo e provavelmente a Câmara Municipal terá que pagar mais. Seja como for, também em todos os valores que referiu, foram todos retirados do relatório do Dr. Sousa, nomeadamente folhas 8, 9, 12, 14, 15, 16, 18 e 22, não eram coisas novas, são números dados pela própria Câmara Municipal, seja como for parece-lhe que a Câmara Municipal terá aumentado a dívida do ano passado para este ano, isso é ponto assente e não terá discussão e, terá perdido a capacidade de endividamento conforme a DGAL também o disse



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

publicamente numa reunião que teve.

- Sr. Vereador José Alberto Sousa: Disse que se tivessem solicitado outro horário, estaria disponível. Disse também que os valores constantes no Relatório estavam correctíssimos. Todos os valores que estão no Relatório coincidem com os valores que estão na conta de gerência, mas haviam determinados pormenores que eram exageradamente técnicos para poder estar ali a explicar, como um daqueles que o Sr. Deputado falou, das reposições não abatidas nos pagamentos. Referiu, contudo, era preciso ter atenção e fazer contas porque a aplicação que produz a conta de gerência não é demasiado explícita, tendo o cuidado de explicar no Relatório. Disse ainda relativamente à capacidade de endividamento, conforme o gráfico que mostrou, a dívida é estável e que essa capacidade não depende do valor dos empréstimos, mas está relacionada com os encargos suportados com esses empréstimos. E sabemos que, neste momento, existem dois bens principais que estão tendencialmente a subir, o petróleo e o preço do dinheiro e por esse motivo, no Relatório foi apresentada uma análise conjuntural nacional e internacional. Sabemos que os juros estão a aumentar e por esse motivo é que em 2005 a Câmara ainda tinha capacidade de endividamento e, actualmente, com base no orçamento para 2006, assumiu-se que possivelmente não teria.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Apresentou a seguinte declaração de voto: “Declaração de voto dos membros do partido socialista na assembleia municipal de São Pedro do sul. Ponto 3.1- apreciação e votação do relatório de contas do ano de 2005. Após uma cuidada e exausta análise ao relatório de contas da câmara municipal de São Pedro do sul, do ano de 2005, a bancada parlamentar do partido socialista irá votar contra, por considerar que este executivo tem vindo a realizar uma gestão, do ponto de vista financeiro, danosa e hipotecaria do futuro desta autarquia e do concelho. Ao contrário do que quer deixar transparecer, o relatório de gestão encomendado, aqui apresentado, a situação financeira do município é de todo preocupante e alarmante. Desde que o PS deixou a câmara, a dívida aumentou 100%, as despesas correntes cada vez têm maior peso no orçamento, sem que isso seja sinónimo de mais qualidade de vida para os sampedrenses! O mesmo relatório de forma propositada não apresenta rácios que evidenciem o grau de liquidez da autarquia, pois o resultado seria catastrófico! A inércia evidenciada pelos responsáveis pela autarquia leva-nos a crer que o valor da dívida tende a aumentar, agravada ainda pelas hipotecas de receitas futuras, como é o caso das rendas da exploração da energia eólica! É de notar ainda o cada vez maior endividamento a terceiros, sobretudo a pequenos industriais e a pequenos comerciantes do concelho (que dadas as suas dificuldades em receber o que lhes é devido, se vêem obrigadas a recorrer cada vez mais aos serviços de factoring!) Este executivo camarário em vez de ser um vector de promoção e dinamização industrial e comercial, faz o contrario, está a comprometer a saúde financeira de algumas das poucas empresas existentes no nosso concelho! Em suma, em face do exposto, a bancada do partido socialista não poderá renunciar as suas funções, perante os sampedrenses, pactuando com esta política do PSD, pelo que, irá votar contra este relatório, assim como, tomar as devidas apropriadas face as situações menos claras e que nos suscitaram dúvidas. Irá ainda, dar conhecimento junto da população e empresas acerca da situação financeira da câmara municipal de São Pedro do Sul, para que estas possam tomar as medidas que julguem convenientes!”

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que estavam a falar de um documento que se reporta ao ano transacto, de gestão do município e, a imagem que aqui foi trazida com toda a demagogia e, diz demagogia relativamente a esta última intervenção. Perguntar quando o PS



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abandonou a Câmara, o elemento que proferiu, se calhar não sabe. Em Abril de 2000 o PS abandonou a Câmara? E depois ficou entregue a quem? Aos Espanhóis? O PSD entrou na Câmara em 2001. Essa demissão das responsabilidades é criticável, bem ou mal deviam ser solidários com a gestão que aqui esteve e fez o que pôde. Agora estarem a descartar e a dizer que o PS abandonou a Câmara. Quando convém ao PS, diz que abandonou. O Presidente eleito pelo PS esteve aqui até ao final de 2000. Não houve nenhuma eleição que o colocasse noutra bancada e, nem sequer tinham razões para terem vergonha disso. Foram criados novos parâmetros de endividamento, que reduziram em 50% a possibilidade de nos endividarmos. Mas isso não importa, o que importa é que foram pagando a dívida, fazendo obra e, foi reconhecido pelos Sampedrenses. O povo vota e sabe analisar. Não está na Câmara há um ano, está há cinco anos. Já foi avaliado pelo menos duas vezes pelo eleitorado e, a imagem que se pretende dar de despromoção do Concelho, vai contra aquilo que é a percepção dos Sampedrenses e, contra aquilo que é a realidade. Estarem a dizer que a Câmara está a hipotecar a dinamização industrial, há alguma indústria em S. Pedro do Sul a quem possam dever? No comércio têm algumas dívidas. O Estado também deve à Câmara e não anda a queixar-se todos os dias. Estavam ali as Juntas de Freguesias que sabem, do IFADAP e de outras instituições do Estado, há quanto tempo é que estavam à espera para receber o dinheiro. A obra da estrada 227 pagaram juros, foi financiada pelo Estado foi entregue à Câmara Municipal com envelope financeiro para que fosse realizada a sua requalificação. A Câmara Municipal, sem ter responsabilidade, porque o dinheiro vinha do Estado e demorou, teve que pagar juros à Sopovico. Ninguém o viu a dizer na rua, a culpar este ou aquele Governo pelo facto. O que importa é que a obra está feita e paga. Não pode aceitar é que se tente transformar a imagem do Município de S. Pedro do Sul totalmente diverso daquele que é a realidade. A Conta de Gerência se tivesse sido apresentada antes das eleições, ainda podia aceitar que nesse período se fizesse alguma demagogia, agora as eleições já passaram, para quê demagogia neste momento? Não percebeu a declaração de voto anterior, acabou por ser mais uma provocação do que uma declaração de voto, lamenta muito porque não corresponde à realidade. Dificuldades na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul é evidente que há, todas as Câmaras têm, mas nunca deixaram de cumprir aquilo que são as suas obrigações. Podiam atrasar-se, presentemente qualquer município se atrasa, isso não quer dizer que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul não continue a fazer obra, a lançar concursos e vai lançar uma obra de um milhão de contos. Não deve haver outro município no País que esteja a lançar uma obra de tamanho volume. Vai lançar uma obra de um milhão de contos e assumir responsabilidades de um milhão e meio de contos, tendo a garantia por parte do Estado apenas de um subsídio a fundo perdido de duzentos mil contos. Isto não é de uma Câmara que está na falência, se estivesse na falência não acabava obras, como o Cine-Teatro. A rotunda do Bairro Mira Sul só não está pronta porque os técnicos dizem que não é o momento mais propício para a colocação da segunda camada. No Estádio Municipal foi colocado o relvado, as cadeiras estão a ser colocadas e a bancada está dentro dos prazos. Esperam que o Centro de Saúde se inicie, porque a responsabilidade da obra não é da Câmara, fizeram o cemitério, que foi uma obra volumosa e que ascendeu a mais de 100 mil contos, vão continuar o investimento nas Termas. Isto é uma Câmara que está com a imagem que tentam transmitir? Noutros tempos por dificuldade, se calhar não era por culpa dos próprios, já foram atrasados os vencimentos aos funcionários. Desde que está na Câmara Municipal e tomou conta do executivo, os vencimentos são pagos religiosamente aliás, paga-se às vezes com um dia de antecedência, tudo o que são compromissos respeitam. Devia



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizer que se continuam a entrar por esse caminho, aquele caminho que fizeram durante alguns anos que é, querer ganhar na secretaria aquilo que não se ganha com o voto do povo, não vão ganhar na secretaria. Podem acusar para o Tribunal de Contas, fazerem tudo o que têm feito. Estavam à vontade, escusavam de tentar atirar a Câmara abaixo por irregularidades, porque não as havia e, se as houvesse eram involuntárias. Toda a gente supõe que aquilo que faz são indicações políticas. Ele próprio para fazer uma obra depende dos serviços, para quem envia para cabimentar e informam se pode fazer. O documento aqui apresentado foi elaborado pelos serviços e, se está ou não bem elaborado a responsabilidade é do serviço, é para isso existe o Tribunal de Contas que se vai pronunciar. A Conta de Gerência não vai para o caixote do lixo, vai para o Tribunal de Contas. Há Câmaras que só no ano passado introduziram o Pocal na sua plenitude, esta Câmara foi das primeiras e para que não fiquem dúvidas, queria deixar ali essa nota, que os serviços de contabilidade da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul adaptaram-se de imediato ao Pocal e o Tribunal de Contas já analisou uma das contas. A outra está em análise, foram pedidos esclarecimentos e, foram pedidos porquê? Porque o Partido Socialista teve a distinta “lata”, mesmo sabendo que desde há muitos anos, com o Centro Termal, era impossível que a contratação do pessoal eventual estivesse dentro dos limites legais. Foi acusar ao Tribunal de Contas “ponham esses senhores a perder o mandato porque eles ultrapassam os limites na contratação de pessoal noutra situação”. Nós nunca o fizemos porque tínhamos a convicção de que aquilo que não se ganha no terreno com o voto do povo, não se vai ganhar na secretaria. Podíamos ter posto em causa o executivo PS também por esses motivos, junto do Tribunal de Contas, mas se o executivo Socialista caísse pelo facto do Centro Termal ultrapassar esses limites, não era ele que se sentava na cadeira, porque achava que era a maior injustiça. O Centro Termal só conseguiria estar dentro dos limites com a criação de uma empresa municipal, como foi o que veio a acontecer com a Termalitur. Lamenta muito que o Partido Socialista tente passar essa imagem da gestão do município, porque não corresponde minimamente à realidade. Critique-se as opções políticas da Câmara Municipal, pode-se criticar se se devia ter investido neste ou naquele sector, agora dizer que as obras se realizaram por demagogia eleitoral, digam qual foi a obra em cada freguesia, que não foi obra útil ou desperdício de dinheiro, como já ouviu dizer. Fez-se aquilo que se podia com as dificuldades, que não são só da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, nem das autarquias. Fizeram muito mais do que as pessoas estavam à espera e isso é que dói a muita gente.

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Referiu que o Sr. Presidente da Câmara na intervenção que fez, falou umas dez vezes em demagogia, estava como alguns que conhece que estão sempre a repetir as mesmas palavras. Mas com todo o respeito que tem pelo Sr. Presidente, ia-lhe dizer que isso a ele não o afecta porque pensa que o assunto não lhe dizia respeito, fosse como fosse, havia duas ou três coisas que lhe queria responder. 1ª- Ganhar por voto ou ganhar na secretaria, estava à vontade porque não ganhou na secretaria, ganhou com os votos do povo. No que dizia respeito à questão financeira da Câmara, o Sr. Presidente também esteve a fazer demagogia ou então esteve a falar para a rádio, porque não venha dizer que a situação financeira da Câmara é boa ou que melhorou. A situação financeira da Câmara evolui e, está pior que estava no ano passado. A dívida da Câmara neste momento é 21 milhões de euros, declarados. Há muita obra por aí feita que provavelmente não esteja facturada. No que diz respeito ao ser o primeiro na questão do Pocal, é a própria Lei que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obrigava a que as contas fossem feitas pelo Pocal, de forma que ser o primeiro ou ser o segundo ou terceiro, as contas em 2005 já todas as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia tinham os elementos introduzidos para efeitos do Pocal de forma que, o ser o primeiro ou não ser, contabilisticamente não é significativo. Ia responder ainda àquela parte em que o Sr. Presidente disse que a Câmara Municipal não tinha feito obras eleitorais e que não tinha gasto dinheiro mal gasto, só queria referir duas, uma delas era a obra de Nespereira Alta que foi alcatroada cerca das 11 horas da noite, em vésperas de eleições. Se isso não é uma obra eleitoral, então o que é uma obra eleitoral? E aquele acesso para a Pedreira que foi tudo arranjadinho na altura que veio cá o Sr. Bispo e, depois passados alguns meses foi tudo estragado outra vez, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre isso tendo-lhe dito que desconhecia aquilo que tinha sido feita na Pedreira, a verdade é que agora foi tudo calcetado outra vez.

- S. Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que a questão que foi levantada da Pedreira é mentira. Os cubos que lá estavam foi para acabar, não foram levantados cubos nenhuns. Quando foi feita a inauguração foi colocado “tout-venant” à volta daquele espaço, estão aqui muitas testemunhas. Em segundo lugar queria dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul que, não disse que não se faziam obras eleitorais, isso todos nós fazemos obviamente e, quem as não fizer, não está a fazer nada na gestão do município, isso é a coisa mais natural. Se a obra de Nespereira foi um desperdício de dinheiro, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul deve ir dizer isso às pessoas de Nespereira e, está aqui o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior que diga se foi um desperdício. Sabe o que dizem as pessoas e muito bem? Façam à noite, de manhã ou de madrugada, tragam é obra que estava há muitos anos naquelas condições. Não confundam desperdício com obra feita na véspera de eleições. É falso que junto à obra da N^a Sr^a da Conceição alguma vez se tenha levantado a calçada para voltar a colocar e, se fosse feito é porque ela estava mal colocada e seria o empreiteiro o responsável e nunca a Câmara Municipal, porque a obra estava entregue a um empreiteiro.

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse, que quando se referiu à questão da estrada de Nespereira Alta, foi no sentido de dizer que era uma obra eleitoral. Quando se referiu à questão da Santa, que era uma obra de desperdício de dinheiro, foi só isso e mais nada.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor, 9 (nove) votos contra dos Srs. Deputados Municipais do Partido Socialista: Avelino Silva de Almeida, António Augusto Ferreira Gomes, Sandra Marisa Martins de Figueiredo, Pedro Bruno Oliveira Almeida, António Carvalho da Silva Almeida, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Sónia Maria da Rocha Cela, Augusto Sequeira Machado e Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, e 7 (sete) abstenções dos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia do Partido Socialista: António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Candal, José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio, Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva, Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul, João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea e Manuel Mouro Pinto,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior.

De seguida procedeu-se à “APRECIACÃO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL”, PONTO 3.1.1 da ordem de trabalhos, que dada a sua extensão esteve exposto na Secção de Expediente Geral para consulta, não se tendo verificado nenhuma intervenção.

Procedeu-se de seguida à análise da segunda proposta do Executivo: “17ª ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente por todos os membros do órgão deliberativo, fotocópias da minuta da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 10/04/2006, bem como fotocópia da proposta de alteração, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal, esclarecido que a alteração em causa era referente à criação do Gabinete Técnico Florestal. É uma exigência por parte do Estado, em que é exigido um Técnico Superior Florestal. Recorreram a um contratado porque não têm no quadro, mas é óbvio que tem que ser criado porque assim exige o Gabinete Técnico Florestal e, é dinheiro que vem directamente do Estado para o Gabinete, para um Técnico Florestal e para dois Administrativos.

Tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal António Carvalho de Almeida Casais (PS): Disse, em nome da bancada do Partido Socialista, que concordavam com a inclusão no quadro, de um Técnico Superior na área Florestal mas, no seguimento da sua intervenção na Assembleia de 23/12/2005 onde referiu que as alterações do quadro não podiam ser feitas de ânimo leve e, o Sr. Presidente da Câmara concordou, no sentido de haver uma alteração mais profunda e, seria bom, já que estamos a mexer no quadro de pessoal, até porque no fundo há aqui, quase de quatro em quatro meses, uma proposta à Assembleia para alterar para um lugar ou para dois ou para três e, seria bom no futuro fazer uma alteração mais profunda. Pegando nas palavras do Sr. Presidente na Assembleia de 23/12/2005, em que diz que até há lugares que podiam ser extintos, “é certo que hoje se verifica que está totalmente desajustado, há aqui lugares que têm que ser extintos, há outros que até a própria legislação vem alterando”. Deixava ali mais uma vez para o Sr. Presidente nomear alguém ou nomear uma comissão para fazer uma análise ao quadro de pessoal, ver quais são os lugares que deveriam ser extintos que estão lá só a encher e, outros a médio prazo possam vir a entrar no quadro de pessoal. Claro que, sendo por alterações legislativas ou por um quadro específico, concordam que se tenham que fazer alterações, mas isso extraordinariamente, que não seja praticamente Assembleia sim, Assembleia não.

- S. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que tinha toda a oportunidade a intervenção do Sr. Deputado António Casais, mas o que se passa é que essa alteração profunda está a ser “negociada” com o sindicato, que passa por uma reestruturação do quadro de pessoal tendo em vista o enquadramento de algumas situações de comissão de serviço. Foi entendido isto, de acordo com a estrutura, que primeiro esses funcionários iriam efectuar essa formação que lhes permita continuar e então depois seria feita a alteração, porque cada vez que se altera o quadro pode parecer que é para aumentar o número de funcionários e de técnicos, mas o que é certo é que está desajustado. O quadro aumenta no seu volume, mas não aumenta nos lugares que estão à



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disposição dos funcionários porque existem lugares que não têm razão de ser, já nem sequer lá deviam estar mencionados. Portanto conta que, não sabe se ainda este ano, mas talvez no próximo ano, venha essa proposta à Assembleia Municipal. O contributo da Assembleia Municipal neste aspecto seria importante ou mesmo a criação de uma comissão para o efeito. O quadro de pessoal não é um instrumento que deva ser alterado pontualmente e sistematicamente, mas deve ser o mais rigoroso possível para que se agüente estável durante alguns anos. Deixava essa sugestão; seria um trabalho além da proposta do sindicato, que também está envolvido e pensa que é importante que o esteja, para que se reúnam todas as propostas sobre essa alteração ao quadro de pessoal, face ao seu actual desajustamento.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Procedeu-se de seguida à análise da terceira proposta do Executivo: “ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 887.902 EUROS”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente por todos os membros do órgão deliberativo, fotocópias da minuta da deliberação tomada na reunião extraordinária da Câmara Municipal de 12/04/2006, bem como fotocópia da proposta de alteração, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal, esclarecido que a alteração em causa tinha a ver com o facto de o empréstimo ter sido contraído para determinadas obras com determinados montantes, mas conseguiram nos concursos, ficar abaixo da base que estava estipulada. Conseguiram em alguns concursos o preço da adjudicação fosse inferior ao preço do lançamento do concurso e, por essa via podem afectar esses montantes que sobram, que é esse diferencial entre a proposta da obra e a adjudicação efectiva, para outras obras que vêm aí mencionadas e, isso resulta pelo facto de terem conseguido melhores preços do que aqueles que constavam da base para o concurso.

Não havendo intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Procedeu-se de seguida à análise da quarta proposta do Executivo: “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO MEDIA I.8 – NO MONTANTE DE 365.556,90 EUROS”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente por todos os membros do órgão deliberativo, fotocópias da minuta da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 10/04/2006, bem como fotocópia de documentos inerentes à mesma, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que era um empréstimo que naquele momento estava suspenso, não porque a Câmara estivesse impedida. O empréstimo da Linha BEI estava suspenso e poderá ser reactivado. Destina-se à obra da variante de Santa Cruz da Trapa em que há uma participação do Estado e, depois há um montante que tem que ser suportado pela Câmara Municipal e, parte desse montante, a Câmara propõe-se fazer este empréstimo. De qualquer modo não é certo que a Linha BEI seja reactivada. Se não for não podemos pedir, se for já está a autorização da Assembleia Municipal para essa obra.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Verificaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que era só para sossegar o Sr. Presidente da Câmara, porque estava muito desassossegado, aflito porque eles criticavam e falávamos contra etc. etc. e, era para lhe dizer que oxalá a Linha BEI seja desbloqueada, para que finalmente essa obra possa ir em frente, para bem de toda a população das freguesias do lado poente do nosso Concelho, sabendo-se que nomeadamente Santa Cruz e Serrazes estão encravadas em termos de acessibilidades portanto, oxalá o desiderato seja positivo e, então para que o Sr. Presidente da Câmara não fique com má ideia de nós, hoje já tem aqui alguns bons exemplos nesta ordem de trabalhos, aprovações por unanimidade. Nós quando colocamos questões é porque achamos que temos legitimidade e razão nessas questões, quando nos opomos é porque temos motivos para isso. Quando temos que aprovar, também o fazemos.

- S. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu dizendo que também o queria sossegar porque, havendo ou não empréstimo a obra ia para a frente e, o dinheiro havia de aparecer, também lhe garantia.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Procedeu-se de seguida à análise da quinta proposta do Executivo “ANTECIPAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DA EÓLICA DO CENTRO-EMPREENDIMENTOS ELÉCTRICOS, S.A.”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente por todos os membros do órgão deliberativo, fotocópias da minuta da deliberação tomada na reunião extraordinária da Câmara Municipal de 12/04/2006, bem como fotocópia de proposta, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que estavam obrigados a fazer a recuperação do Balneário D. Afonso Henriques e já o estavam há uns anos, cinco, seis anos, porque tiveram o programa Piter nas Termas, que permitiu a recuperação do D. Amélia, o investimento em toda a recuperação da parte urbana, de todas as estruturas e infra-estruturas e que foram importantíssimas para o desenvolvimento das nossas Termas. Os particulares, hoteleiros e os operadores turísticos fizeram os seus investimentos neste âmbito, só que a Câmara Municipal estava obrigada, como projecto âncora, a fazer a reestruturação do Balneário D. Afonso Henriques e necessita de um investimento de um milhão e meio de contos, um milhão em construção civil e quinhentos mil contos em equipamento e a comparticipação é só de 180 mil contos. Não há nenhuma Câmara no País, tirando talvez as grandes capitais de Distrito, que tenha a capacidade de só por si de investir neste momento, com os seus próprios meios financeiros, aquilo que será um milhão e trezentos mil contos. Têm que se arranjar fontes de financiamento. É óbvio que as Termas de S. Pedro do Sul poderiam vender, hipotecar os balneários termais. Disse que se comprometeu que, as Termas e o valor que têm na exploração dos centros termais e a concessão da água, são intocáveis. Agora têm que arranjar o dinheiro para levar a cabo esta obra que irá trazer frutos no futuro, para além de estarem obrigados a fazê-la e vai aumentar a capacidade do Centro Termal. Não sabe se o Concelho neste momento está preparado para fazer uma canalização de investimento tão grande, num curto espaço de tempo e que resulta do seguinte: teria e, já chegaram a acordo com a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresa, que as rendas que são pagas à Câmara sejam canalizadas para a obra. Será justo depois dos investimentos que a Câmara já fez? Na requalificação do D. Amélia, a Câmara gastou, do seu próprio orçamento, algumas centenas de milhares de contos, porque não foi participado a 100%. É justo que agora as restantes freguesias do concelho aproveitam esse rendimento, que é de 33 mil contos por mês, só que ao fazerem mais este investimento têm que prescindir desse rendimento e portanto, o Concelho vai ficar durante alguns anos sem esse rendimento, no fim de ter aplicado do seu orçamento na requalificação urbana e do Balneário Rainha D. Amélia. Qual é o método que têm para conseguir financiar, sem que prejudique o resto do investimento? É conseguir a antecipação das rendas das eólicas que, deve dizer, foram muito bem negociadas pela Câmara Municipal. Também deve dizer que, dos rendimentos das hídricas não apanhou cá nenhum e também deveria ser 15 a 20 anos, mas o município na altura e, muito bem, aplicou o dinheiro, não deixou ficar o rendimento das hídricas. Se a Câmara Municipal na altura aproveitou para os investimentos que eram necessários no Concelho, parabéns, nunca o referiu. Se ao fim de 15 anos vamos ter 420 mil contos, e necessitamos neste momento de investir um milhão e trezentos mil, porque que é não hão-de ir antecipar este rendimento para financiar a obra, uma vez que a obra lá vai ficar por muitos e bons anos. Está a aplicar um rendimento de 15 anos que ele próprio como Presidente da Câmara negociou, não se está a aproveitar dos seus antecessores. Como disse, das hídricas não recebeu nada, desde que está na Câmara, e acha que o município fez muito bem em aproveitar para fazer os investimentos na altura. Alguém tinha proferido num jornal, está a hipotecar o futuro dos filhos. Hipotecar o futuro dos filhos é não fazer a obra e a requalificação do Balneário D. Afonso Henriques. Hipotecar o futuro dos filhos é não podermos investir de imediato nas freguesias, ou se durante quatro, cinco ou seis anos não tivermos nenhum rendimento das Termas, que é o retorno daquilo que o município já lá investiu durante muitos anos, isso é que é hipotecar.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Procedeu à leitura da seguinte intervenção: "ANTECIPAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DA EÓLICA DO CENTRO - EMPREENDIMENTOS ELÉCTRICOS, SA. É dito na Cláusula Terceira, ponto 4, do contrato celebrado entre a CM de S. Pedro do Sul e a empresa supra referida, que esta pagará "ao Município uma compensação correspondente a 2,5% da facturação da venda de energia eléctrica produzida (.), a liquidar trimestralmente, (...)". À Cláusula Quinta, é dito que "qualquer alteração, modificação ou aditamento ao presente contrato deverá constar de acordo escrito e assinado por ambas as partes". Assim, entende o Partido Socialista: a) O pagamento da compensação trimestral devida pela empresa deverá estender-se inalterado ao longo do prazo de exploração do recurso eólico, embora não esteja expresso no contrato. Não há limite temporal? Se sim, até quando? b) A antecipação das rendas de quinze anos pressupõe alteração do teor da Cláusula quinta, o que não foi verificado na documentação entregue; c) Ademais, não há qualquer suporte documental da empresa, concordando ou discordando do ora proposto; d) Por outro lado, esta operação financeira afigura-se ilegal, pois ela não passa de um empréstimo encapotado, quando a CM está impedida de contrair empréstimos para o fim proposto, em 2006, por esgotamento da sua capacidade de endividamento, conforme lista publicada pela DGAL; e) A não ter esgotado essa capacidade, como afirma o Sr. Presidente da CM na sua declaração de voto a respeito, por que não contrai a CM um empréstimo normal a juros menores e mais vantajosos para o Município? f) Mas, porque realmente não o pode fazer, a CM pretende esta fórmula de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

"Cessão de créditos" que implicará juros muito elevados, reportados a 15 anos, com prejuízo manifesto para o desenvolvimento da nossa terra; g) Valerá a pena, assim, esta operação financeira, sabendo-se que a CM irá perder valores ainda não quantificados, mas enormes? Se já estão, Sr. Presidente, qual o montante de juros que a CM terá de pagar? h) Mas, além de ilegal, esta operação é imoral e sem jeito nenhum. Sr. Presidente da CM de S. Pedro do Sul, e se os funcionários da CM, de repente, lhe propuserem o pagamento antecipado dos seus vencimentos até à idade de reforma? Que lhes responde? Que é ilegal e que não é lógico? Ou negocia com eles? Não teria sentido tal proposta, é claro. Também esta das eólicas não tem; i) Além do mais, a CM actual não poderá usurpar receitas que lhe não cabem e que só se verificarão daqui a 10/15 anos; j) Argumentará o Sr. Presidente da CM que é para investir no Balneário Termal, fonte de rendimento municipal, obra não elegível no financiamento da União Europeia. Para nós, esse argumento não colhe. Mais nos parece que esse dinheiro é para tapar os buracos das dívidas existentes, das obras mal geridas, feitas e desfeitas para voltar a fazer, e outras paradas e que já deveriam estar prontas há muito; k) Por tudo o que fica dito, porque nos sobram as dúvidas sobre as certezas, votamos contra, sem embargo de revisão eventual da nossa posição caso o Tribunal de Contas venha a deferir a pretensão após pedido de parecer sobre a mesma. Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, 28 de Abril, de 2006. Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista."

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Segundo o Dr. Ferreira Gomes, há aqui o receio que esta operação seja ilegal, nós também já calculamos isso, porque embora não fosse obrigatório ir ao Tribunal de Contas, nós queremos que vá. Depois não é a empresa que tem que aceitar, quem tem que aceitar é a entidade financeira. Em primeiro lugar não podíamos fazer a negociação nem ter os documentos, sem que a Assembleia autorizasse. A partir de agora é que vamos iniciar o processo. Um funcionário se for a uma instituição bancária e disser que recebe "x" por mês e precisa de investir para fazer a casa, emprestam-lhe o dinheiro e, do seu ordenado todos os meses paga "x". E é isso que se passa efectivamente. Acaba por ser uma antecipação da única retribuição que tem que é o vencimento. Aqui tem que se compreender o seguinte: Com o programa Piter estamos obrigados a fazer uma obra com um apoio de 30% sobre 600 mil contos, que era o valor inicial do projecto e que dá 188 mil contos a fundo perdido. Agora como é que se faz a obra? De duas maneiras e, já se acautelou, porque a obra é para fazer. Dizer à empresa que nós não temos um milhão de contos para fazer a obra e tem que ser feita num curto espaço de tempo para não trazer prejuízo na frequência. Uma obra rapidíssima e não temos o dinheiro mas temos aqui um crédito que são as rendas que são pagas todos os meses à Câmara e, essa renda em vez de ir para a Câmara é canalizada para a empresa para pagar a obra. A Câmara fica vedada, pela primeira vez na história, daquele rendimento. Mas é evidente que é para um investimento que é feito nas Termas, nem haverá aqui grande injustiça, agora ficamos é sem essa receita. Para uma Câmara como a de S. Pedro do Sul e pensa que para qualquer uma, prescindir de uma receita que são quase 400 mil contos por ano, é sacrifício. Então se as coisas estão mal, muito pior irão ficar, mas nós avançamos. É a mesma coisa que, não criticava, quando foram feitas as hídras, poderia a Câmara Municipal dizer: vocês vão-nos pagar "x" por ano, ou façam aquela ponte das Termas, ou aquela estrada, de uma vez. Em vez desses 40 mil contos por ano, durante 15 anos, vamos antecipar esse dinheiro para investir no Centro Termal. Isto percebe-se bem, porque não é um empréstimo encapotado, é a antecipação de uma receita. Esta é uma forma de não prescindirmos dos 400 mil contos que vêm das Termas por ano. Se entendem que se deve



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prescindir ... se mal estamos pior ficaremos. Mas uma coisa é certa, ficamos pior por um lado para o Concelho, mas as Termas com esta obra irão dar um pulo e esse sacrifício do presente, devia de ser repercutido nos anos futuros.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Referiu que a Câmara herdou esta obra, este compromisso e, herdou-o muito bem. O projecto Piter foi uma oportunidade única que S. Pedro do Sul teve de renovar e revitalizar todo o seu Centro Termal. No nosso tempo a obra de recuperação deste Balneário previa seiscentos e tal mil contos. O Sr. Presidente disse que aquela obra implicará cerca de milhão e meio, há mais que uma duplicação. Não sabe se houve uma reformulação do projecto, ou se este encarecimento deriva do facto da obra ter sido atrasada tantos anos. Se calhar um pouco de tudo. Isto tem a ver também com a definição de prioridades, porque a renovação que foi feita no D. Amélia, se tivesse tido a mesma prioridade neste, talvez os custos não aumentassem tanto. O Sr. Presidente não disse a quanto montam os juros que o erário público da Câmara terá que suportar por efectuar este tipo de operação. Se há aqui uma antecipação da receita de 15 anos, ninguém dá nada a ninguém e, muito menos a banca. A banca se antecipar este dinheiro para a empresa, vai cobrar-se muito bem e, por isso têm dúvidas sobre a legalidade disto.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Esclarece que não tem nada a ver com a empresa. A questão da empresa é as rendas do Centro Termal. É óbvio que esses encargos é receita que deixa de receber da negociação que for feita. Se não têm dinheiro há sempre um custo e, a Câmara Municipal efectivamente não tem um milhão e meio de contos, tem que pagar esse custo. Não se pagam encargos por gosto, nem é má gestão. Quem tem aplica-o, quem não tem, tem que o pedir. Não são encargos suplementares, em vez de receber "x" vai receber x-y que é o custo da operação financeira. É óbvio que podem ser contabilizados como juros, é a remuneração para quem empresta o dinheiro. Não se pode dizer é que estes 40 mil contos anuais que estão a tentar antecipar por 15 anos, venha trazer um encargo para a Câmara, entendido como, temos que retirar o dinheiro de outro lado para aqui. Vamos receber um pouco menos, mas com a certeza que aplicado no momento, numa obra que vai ficar para futuro vai trazer para todos rendimento. Quando foi feita a estimativa de 600 mil contos, não contemplava o equipamento, este seria numa fase posterior. Mas é óbvio que não se vai só remodelar, tem que se mudar o equipamento. O diferencial, infelizmente, porque os 30% é sobre os 600 mil e, não sobre os 900 mil, porque foi calculado na altura, há cinco anos atrás e, com a revisão de preços, neste momento já não são 600 mil, mas 900 mil mais o equipamento. É essa a dificuldade que têm. Quanto à legalidade, há a cautela de enviarem para o Tribunal de Contas, porque o primeiro interessado que não seja ilegal é ele próprio, porque sofria as consequências.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Perguntou qual era a dimensão temporal do contrato que celebraram com esta empresa?

- S. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que o contrato estava calculado para 20 anos. Daqui a 15 anos outra vez, o rendimento será retomado.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que nada lhes garantia que daqui a 10 anos a empresa existisse.

- S. Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que o contrato diz que na eventualidade da legislação ser alterada, ou que haja qualquer alteração, a promotora assegura à Câmara Municipal a manutenção de uma renda de 2,5% sobre a facturação.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Disse que, concordava que a obra



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se fizesse de qualquer das formas, que é de louvar e é uma obra necessária ao Concelho. Mas acha que antes de estar a discutir esta situação propõe ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, se não seria possível esperarem pelo parecer do Tribunal de Contas e só depois proceder à votação? Se há esse risco de ser aprovado ou não. Estar a Assembleia a assumir uma situação antes de saber o parecer do Tribunal de Contas, acha que era preferível saberem qual era o parecer e depois procederem à votação.

- Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu que, o que o Tribunal de Contas vai dizer é, enviem o processo, porque eles não têm carácter consultivo. Esta operação não era nova, já várias câmaras a fizeram. A antecipação de receitas é de tal modo corrente que não é necessário ir ao Tribunal de Contas. Só a vão mandar para se assegurarem que não estão a fazer nada que amanhã possa vir a ser considerado de ilegal ou menos regular, pelo Governo. É por isso que o fazem, por segurança, isto não é pioneiro.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Referiu ainda que deveriam saber quanto é o custo que isso vai ter, qual é o juro praticado, porque estar a dar um parecer favorável a uma situação que não sabem quanto vais custar.

- Sr. Vereador José Alberto Sousa: Referiu a propósito do Tribunal de Contas só aceita a documentação depois da operação estar totalmente montada e não agora, nesta fase. Primeiro lança-se o concurso público e cada concorrente apresentará a forma de montar a operação. Posteriormente faz-se a análise comparativa das propostas e só depois se envia para visto do Tribunal de Contas porque este quer saber como é montada a operação. Eles aprovam a análise concreta. Disse ainda que julga, de acordo com outras situações, que não haverá problema nenhum no Tribunal de Contas. Aliás, como o Sr., Presidente disse e muito bem, nem seria preciso submeter ao Tribunal de Contas, mas este executivo faz questão que se pronuncie. A estimativa que têm para este Parque Eólico, com uma segurança muito grande, é que deverá rondar os 420 a 430 mil contos de encaixe. A taxa de juro deverá rondar, com algum risco, uma taxa correspondente à Euribor mais 0.6 ou 0.7, o que é uma ótima taxa de juro.

- Sr. Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Disse que o desenvolvimento das Termas, particularmente pelo programa Piter, tinha que reconhecer que a malha urbana hoje das Termas tem outra vitalidade, outra vista, outra paisagem. De facto o programa Piter veio melhorar muito. Também o novo Balneário das Termas, Rainha D. Amélia, a qualidade das águas e a qualidade de serviços, demonstra que as Termas são as melhores do País, da Península, não só pelo número de aquistas, mas porque continuam a procurá-la para os seus tratamentos. Por isso é de louvar também, não só a perspectiva futura do melhoramento do Centro Termal, mas também tentar aumentar a capacidade e melhorar as características técnicas. Por isso é de todo o louvor e todo o realce apoiarem esta iniciativa. Relativamente à forma de investimento, recordava que em S. Pedro do Sul existem quatro mini-hídricas, Cabria, Quintas-Trás-da-Serra, S. Cristóvão e Manhouce e, recorda que uma das primeiras mini-hídricas construídas aqui perto foi em S. João do Monte, do Concelho de Tondela e, na altura a Câmara Municipal de Vouzela conseguiu negociar com a empresa e, pensa que está a receber, 2% da facturação. Passados uns tempos foi Vereador na Câmara, da oposição e, falou nisso ao Sr. Presidente da Câmara na altura e, de facto cá não se conseguiu negociar tão bem, com as mini-hídricas, como outras autarquias. Por isso questionava o Sr. Presidente da Câmara no sentido de se saber o que se recebeu, em contrapartida destas quatro mini-hídricas que existem no nosso concelho. Por outro lado, havia um aspecto muito importante a realçar em termos de paisagem e ambiente, enquanto que quer a energia



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eólica, o vento, que as águas são um recurso natural e, como tal, devemos aproveitá-lo o melhor possível. Costuma dizer que, em termos hídricos, somos uns estragados. Vimos os nossos rios a correr para o mar e não fizemos aproveitamento nenhum daquela água. Referiu que é a favor que todos os cursos de água devam ter um pontão, ou aqueduto, ou uma barragem pequena ou grande, de tal modo seque que a água de rego de uma barragem, devia bater no paredão da outra. Esse era o aproveitamento máximo possível. O único curso que temos assim, é um curso internacional que é o Rio Douro, não temos mais nenhum. Os nossos naturais que temos, o Rio Vouga, Rio Mondego e tantos outros, a água é totalmente nossa, não é regulada pelos Espanhóis e, não fizemos esse aproveitamento. É pena não termos esses recursos hídricos melhor aproveitados. Relativamente à comparação entre eólicas e mini-hídricas, está mais a favor das eólicas do que das minis-hídricas nomeadamente porque e, algumas temos aqui no concelho, entre o paredão da albufeira que é criado e a descarga da barragem, existe um troço de rio que, um boa parte do ano seca, apesar de legalmente ficar estabelecido um caudal ecológico. Mas na maioria das vezes tal não acontece, é integralmente um troço seco. Por outro lado, tem outro efeito negativo: é que no Verão, eles fazem as entancadas ou empoçadas, ou seja a mini-hídrica não trabalha permanentemente e, o que é que acontece? A partir do ponto da câmara de descarga da produção de energia eléctrica, a água não circula permanentemente, tem períodos em que a água circula e tem outros períodos que não circula e, toda essa fauna e flora dos nossos cursos de água é afectada. Portanto as mini-hídricas, em termos ambientais, são mais prejudiciais que as eólicas. O efeito negativo que podemos ter das eólicas é a paisagem, temos um visual diferente, e o zumbido, que quem estiver lá perto sente. São estes dois efeitos negativos que acontecem. Acha muito bem que deverá ser aproveitado ao máximo. Sobre este efeito do adiantamento, é como o Sr. Presidente da Câmara disse, é quase como a conta-ordenado, em que se pode receber o ordenado adiantado um mês e, o banco cobra o juro do dinheiro que se levantou antecipadamente. Dá os parabéns à Câmara Municipal porque teve esta habilidade de conseguir fazer o inverso, ou seja de antecipar rendimentos.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Respondendo à questão do Eng^o Casais, disse que não conhecia a negociação, mas ia dar um exemplo: Têm dois equipamentos e dois investimentos nas Termas. Em relação a um deles, águas frias, a Câmara Municipal fez e, acha que fez muito bem, dizer à empresa para construir a ponte das Termas, aquela ponte metálica que lá está. Também podia ter dito, dá mil contos por ano. Na perspectiva de alguns isto é hipotecar o futuro. O executivo anterior entendeu que, em vez de darem mil contos por ano, faziam a ponte, que era necessária na altura. Não é mais do que se está a fazer aqui agora. O que é que foi melhor para o Município, foi realmente a ponte lá das Termas, ou ficar a receber três ou quatro mil contos por ano? É evidente que recebia sempre mais, mas pensa que para as Termas e para o Concelho foi melhor terem feito logo aquele investimento, do que estar agora a receber uma renda. Aqui passa-se o mesmo. O que é que será melhor? É termos lá aquele Centro Termal? O que é mais reprodutivo? É receber 40 mil contos por ano ou fazer já um investimento? Pensa que, respondendo à questão, que o Executivo anterior agiu bem. Se lhe perguntar o que fazia nessa situação, diria que teria feito o mesmo.

- S. Presidente da Assembleia Municipal: Respondendo ao Dr. Mouro relativamente à questão do eventual adiamento, à Mesa e ao Presidente da Assembleia compete aferir da legalidade das deliberações, naturalmente que não era perito nessas matérias, embora do ramo e, à primeira vista, ilegalidade flagrante não se apercebe que haja nesta proposta. Não lhe suscita dúvidas. De



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer modo, relativamente a esta proposta a Câmara e, acha que é de louvar, teve o cuidado de assegurar que irá ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas. A Mesa e esta Assembleia, relativamente à legalidade da deliberação, tem essa garantia de que, antes de qualquer execução, esta proposta irá ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas, que lhe parece que terá mais capacidade para aferir essa legalidade e, depois acha que esta Assembleia tem que ponderar também, até pela explicação que foi dada do programa Piter, tem a ver com entidades públicas e entidades privadas e, o seu incumprimento pode inclusive onerar entidades privadas, todos os hoteleiros das Termas. Tem que aferir os interesses que estão em jogo e não protelar indefinidamente a execução da obra. Esta obra apesar de tudo é importante para o Concelho, é importante para os hoteleiros, é para toda a gente que trabalha nas Termas, seja nos Balneários ou seja em toda a hotelaria e, para todo o Concelho porque as pessoas que vêm para as Termas acabam por deixar dividendos em todo o Concelho e, o estar a protelar isto, poderiam estar a protelar indefinidamente e pôr mesmo em causa seja o programa Piter, seja os rendimentos que daí advirão. Relativamente à questão da legalidade, acha que está assegurada e acha que a oportunidade para dar à Câmara a possibilidade de avançar de imediato com o projecto, esse princípio também tem que ser ponderado por esta Assembleia e, acha que não há razões para adiar isso.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que não tinham essas garantias, essas certezas da legalidade do processo, por isso é que colocaram as dúvidas. Que é uma preocupação da Câmara e que é deles de facto, a necessidade de recuperar aquele Balneário. Agora, se calhar o erro foi em deixar adiar o problema e acordar só agora para ele. Porque de facto aquilo pode hipotecar todo o investimento feito entretanto, quer pelo Município quer pelo Estado, quer pelos Fundos Comunitários, pela Europa que também investiu ali, quer pelos privados. O problema é esse. Será que esta é a solução indicada? Se calhar não é. Porque têm muitas reservas, têm esta posição de não aprovar.

-S. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que em política tem que manter alguma ética e, só pedia que houvesse honestidade quando este assunto for abordado publicamente, onde não possa fazer a defesa, que não seja desligado o facto de terem esta obra para executar de imediato. Avançou-se com obras que tinham 75% de comparticipação e ficou para trás a que tinha 30%. Avançou-se com a estrutura urbana, com o D. Amélia que tinham 75%. Esta era de 30% e era a mais cara. Nem o executivo anterior nem o actual teve a capacidade, quando foi feita a opção, de dispor de um montante destes do orçamento da Câmara. Agora a questão é saber se vão afectar as rendas do Centro Termal, sem nenhuma outra compensação, ficam sem 400 mil contos por ano, que vai trazer dificuldades acrescidas, ou então vão afectar essa receita, mas vão ter ali uma compensação para poder levar a cabo a obra de imediato. Compensação essa que, não se trata de um empréstimo mas da antecipação, embora com encargos, de uma receita futura.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor, 9 (nove) votos contra dos Srs. Deputados Municipais do Partido Socialista: Avelino Silva de Almeida, António Augusto Ferreira Gomes, Sandra Marisa Martins de Figueiredo, Pedro Bruno Oliveira Almeida, António Carvalho da Silva Almeida, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Sónia Maria da Rocha Cela, Augusto Sequeira Machado e Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sul, e 7 (sete) abstenções dos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia do Partido Socialista: António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Candal, José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio, Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva, Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul, João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior.

Procedeu-se de seguida à análise da sexta proposta do Executivo “ANTECIPAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DA EÓLICA DA ARADA-EMPREENDEMENTOS EÓLICOS DA SERRA DA ARADA”, relativamente à qual tinham sido distribuídas previamente por todos os membros do órgão deliberativo, fotocópias da minuta da deliberação tomada na reunião extraordinária da Câmara Municipal de 12/04/2006, bem como fotocópia de proposta, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que o montante para a obra de construção civil são os 900 mil contos, são a antecipação destas duas receitas, uma está certa, a outra não está instalada, é uma autorização para o futuro, mas que não têm a garantia de que seja já de imediato, porque o projecto ainda não está implantado. Enquanto a primeira começa de imediato a funcionar, esta segunda não começa de imediato é só por cautela que vem ali.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que, porque as condições eram mais ou menos as mesmas, se mantinha tudo e entregou um documento, que a seguir se transcreve, em tudo análogo à sua intervenção anterior, ressaltando o clausulado que aqui não existe porque não há contrato celebrado, à apenas um protocolo firmado entre as duas partes: “ANTECIPAÇÃO COMPENSAÇÃO DA EÓLICA DA ARADA-EMPREENDEMENTOS EÓLICOS DA SERRA DA ARADA, SA. Entre a CM de S. Pedro do Sul e a empresa supra referida foi celebrado protocolo cujo conteúdo desconhecemos, por completo. Ainda assim, da documentação entregue é possível retirar algumas conclusões. Assim, entende o Partido Socialista: a) O pagamento da compensação semestral devida pela empresa deverá estender-se inalterado ao longo do prazo de exploração do recurso eólico. Qual o limite temporal? b) A antecipação das rendas de quinze anos pressupõe alteração do clausulado protocolado, ou está já prevista no protocolo? c) Ademais, não há qualquer suporte documental da empresa, concordando ou discordando do ora proposto; d) Por outro lado, esta operação financeira afigura-se ilegal, pois ela não passa de um empréstimo encapotado, quando a CM está impedida de contrair empréstimos para o fim proposto, em 2006, por esgotamento da sua capacidade de endividamento, conforme lista publicada pela DGAL; e) A não ter esgotado essa capacidade, como afirma o Sr. Presidente da CM na sua declaração de voto a respeito, por que não contrai a CM um empréstimo normal a juros menores e mais vantajosos para o Município? f) Mas, porque realmente não o pode fazer, a CM pretende esta fórmula de "Cessão de créditos" que implicará juros muito elevados, reportados a 15 anos, com prejuízo manifesto para o desenvolvimento da nossa terra; g) Valerá a pena, assim, esta operação financeira, sabendo-se que a CM irá perder valores ainda não quantificados, mas enormes? Se já estão, Sr. Presidente, qual o montante de juros que a CM terá de pagar? h) Mas, além de ilegal, esta operação é imoral e sem jeito nenhum. Sr. Presidente da CM de S. Pedro do Sul, e se os funcionários da CM, de repente, lhe propuserem



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o pagamento antecipado dos seus vencimentos até à idade de reforma? Que lhes responde? Que é ilegal e que não é lógico? Ou negocea com eles? Não teria sentido tal proposta, é claro. Também esta das eólicas não tem; i) Além do mais, a CM actual não poderá usurpar receitas que lhe não cabem e que só se verificarão daqui a 10/15 anos; j) Argumentará o Sr. Presidente da CM que é para investir no Balneário Termal, fonte de rendimento municipal, obra não elegível no financiamento da União Europeia. Para nós, esse argumento não colhe. Mais nos parece que esse dinheiro é para tapar os buracos das dívidas existentes, das obras mal geridas, feitas e desfeitas para voltar a fazer, e outras paradas e que já deveriam estar prontas há muito; k) Por tudo o que fica dito, porque nos sobram as dúvidas sobre as certezas, votamos contra, sem embargo de revisão eventual da nossa posição caso o Tribunal de Contas venha a deferir a pretensão após pedido de parecer sobre a mesma. Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, 28 de Abril, de 2006. Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.”

- Sr. Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Referiu que achou um pouco insensata a posição do Partido Socialista relativamente a esta Assembleia, porquanto aprovou na prática dois empréstimos que vão aumentar a dívida do Município e, agora que é no fundo antecipar uma renda, votam contra. Esta autorização que estão a dar ao Executivo não vai criar mais dívida ao Município, vai apenas antecipar receitas. Era só para criticar, de facto, o Partido Socialista pela tomada de posição nestas matérias quase semelhantes.

- Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Respondeu ao Engº Casais que eram situações completamente diferentes. Uma não era contrair um novo empréstimo, era a reformulação de verbas dentro desse empréstimo. A outra, concordaram com ela e, achou muito bem, na medida que há comparticipação do Estado para uma grande obra que S. Pedro do Sul necessita, que é a ligação Santa Cruz da Trapa – Termas, é uma obra que está prevista, na questão do limite de endividamento é possível fazer-se e, como é uma obra comparticipada em 75 ou 80%, entenderam que era para o desenvolvimento do Concelho. A questão de antecipação de verbas, era uma questão totalmente diferente que, no seu entender, pensa que pode vir a comprometer o futuro das pessoas que vierem para a Câmara Municipal.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que comprometeria o futuro das pessoas que vem para a Câmara Municipal se não se fizesse a obra das Termas, não serão duzentos ou trezentos mil contos que comprometem ninguém na Câmara Municipal.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor, 9 (nove) votos contra dos Srs. Deputados Municipais do Partido Socialista: Avelino Silva de Almeida, António Augusto Ferreira Gomes, Sandra Marisa Martins de Figueiredo, Pedro Bruno Oliveira Almeida, António Carvalho da Silva Almeida, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Sónia Maria da Rocha Cela, Augusto Sequeira Machado e Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, e 7 (sete) abstenções dos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia do Partido Socialista: António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Candal, José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio, Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva, Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou ainda a votação a aprovação em minuta das quatro deliberações (ponto 2, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, e 3.6), tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, concordar.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público** tendo-se verificado a seguinte intervenção:

- Sr. Rui Pedro Costa Lopes: Interveio, dizendo: “Antes de colocar a questão que tenho para a Assembleia, há uma nota prévia. Muito se falou aqui há pouco em queixinhas e, de facto, em relação à situação que se vem por aí falando do Tribunal de Contas, não houve queixinhas nenhuma. Houve antes declarações de voto que foram analisadas pelo Tribunal de Contas e, aliás os argumentos para defender as ilegalidades também já foram analisados, previamente pelo Tribunal de Contas e, foram também tidos em conta aquando da elaboração do relato. Agora não vão querer inibir a oposição, como se fazia noutros tempos, de tomar posições sérias sobre a legalidade e, como foi aqui dito a verdade é que os documentos foram para o Tribunal de Contas juntamente com a Conta de Gerência e, com a Conta de Gerência foram analisados, portanto não se trata de queixinhas Sr. Presidente da Câmara, nem de bufice. Agora estarem a insinuar que quem se comporte assim, com este tipo de comportamento lembra um queixinhas ou que é um método menos correcto seria se me queixasse à “pide”, não seria se me queixasse ao Tribunal de Contas. E também dizer-lhe que mais próximo desse registo está, o tudo contra o Estado e ninguém contra ao Estado, parece que era a posição que seria mais agradável para V^a Ex^a. Mas nós confiamos e, eu pessoalmente confio inteiramente naquilo que será dito no Tribunal de Contas, na certeza porém de que, aquando das votações dos orçamentos a que essas contas respeitam, já a questão da legalidade se pôs e, ainda assim, a maioria decidiu avançar com a aprovação desses orçamentos, portanto serão os responsáveis por isso. É que nem sequer há uma atitude de má fé ou de gincana política, porque previamente se disse, atenção, em relação ao orçamento, esse orçamento é ilegal por estes motivos e, reflectindo-se nas contas, também se disse que as contas eram ilegais e, aliás ainda mais ilegais que o próprio orçamento, porque ultrapassava. A questão que me traz aqui, é justamente a questão das eólicas. É que no fundo eu gostava de perguntar aos Srs. Deputados Municipais se se debruçaram sobre a Lei dos avales do Estado? Isto é, há várias formas, do direito das obrigações, e das Finanças Públicas, de as pessoas se constituírem devedoras. Uma dessas formas é a constituição de uma obrigação acessória isto é, a Câmara torna-se, com este contrato, devedor acessório, porque no fundo o que se passa neste contrato, chama-se um contrato de cessão de créditos. É igualzinho às letras bancárias com uma pequena diferença, é que aqui não são quantias certas, são quantias incertas, portanto a Câmara nem sequer está a assumir uma previsão que pode sair gorada e, portanto a Câmara assume a responsabilidade pela falha das previsões e, assume solidariamente a responsabilidade pelo não pagamento destas quantias. Imaginemos que a empresa dá falência. Sobre quem é que virá o banco? Sobre o devedor acessório, sobre a Câmara. Imaginemos que a empresa deixou de funcionar e, para além daquele período de garantia mínimo de funcionamento não volta a trazer estes montantes. Quem é que é devedor? É a Câmara, como devedor acessório que responde



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perante o banco. Portanto o que se passa aqui, é uma situação igualzinha aos avales do Estado, aliás que contam para o endividamento do Estado nos termos dos critérios de consolidação de contas públicas das comunidades europeias e, aqui também do Ministério das Finanças e, portanto queria perguntar aos Srs. Deputados se antes de votarem esta questão, se lembraram de saber se era legal, por referência à Lei de avales do Estado e, se no fundo não é a própria Câmara que está aqui a assumir um empréstimo. Porque isto no fundo não deixa de ser um empréstimo antecipado tal como é uma operação de desconto de letra bancária num comerciante.”

- S. Presidente da Câmara Municipal: Disse que não tinha culpa por não fazer parte da bancada do Partido Socialista. Não podia ter duas bancadas, responder a uma formal e a outra informal. Estes períodos eram realmente para pedidos de esclarecimentos e, não para fazer uma intervenção de fundo, corrigindo ou complementando aquilo que a própria bancada já o fez durante o debate. Se os deputados do PSD também começassem a pedir a palavra para lhes responder, tinha que lhe responder que qualquer dia diziam que o Dr. Rui Costa valia mais que os deputados do PS todos juntos. Também não gostava de ouvir isso. Afinal não foi pedido esclarecimento nenhum, foi uma prelecção.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 19h00, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,